



**Ata da Sessão Ordinária da Assembleia
Municipal do Concelho de Figueira
Castelo Rodrigo, realizada no dia vinte
de dezembro de dois mil e dezassete**

-----Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete pelas quinze horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da assembleia Municipal, convocada de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

-----O Senhor Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos.-----

-----Ao efetuar a chamada, verificou-se a presença de todos os Senhores Deputados;-----

-----De seguida procedeu-se à abertura desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ordem de Trabalhos-----

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público**-----

-----**2. Período de Antes da Ordem do Dia**-----

-----**3. Período da Ordem do Dia:**-----

-----**3.1.** Correspondência recebida e outras informações;-----

-----**3.2.** Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro;-----

-----**3.3.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 35/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais;-----

-----**3.4.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 37/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Saída do Município de Figueira de Castelo Rodrigo da "Territórios do Coa, Associação de Desenvolvimento Regional";-----

-----**3.5.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 40/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2018;-----

-----**3.6.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 41/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Mapa de Pessoal do Município de Figueira de Castelo Rodrigo para o exercício de 2018;-----

-----**3.7.** Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 42/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais.--

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Há alguém do público que queira intervir? Não havendo vamos avançar com a ordem de trabalhos.”-----

-----**2. Período de Antes da Ordem do Dia**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Intervenções neste período? É sempre um período interessante, pois nunca deixam de haver temas para se debater ou para falar. Tem a palavra a Senhora Deputada Mónica Marques.”-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** “ Como é a última assembleia do ano, eu queria desejar a todos um Bom Natal e um ótimo Ano de 2018, e que corra tudo bem para toda gente. Queria também falar de uma questão que me tem preocupado a mim e a todos, a qual se prende com os apoios aos agricultores, se já foram concedidos ou não, que é uma questão que penso que estará também na ordem do dia e que é o seguinte, nós sabemos que foi um ano de seca extrema e de grandes dificuldades para os agricultores, em que eles tiveram que fazer despesas extraordinárias e com as quais não estavam a contar, sabemos também que houve candidaturas que foram feitas logo na altura das eleições, e não sei se as mesmas já foram aprovadas ou não, se já foram sequer analisadas ou se ainda estão em fase de análise, se há alguma previsão para a concessão desses apoios, porque realmente os agricultores estão preocupados, principalmente aqueles que estão ligados à criação de gado, porque efetivamente foi um anos muito difícil para todos eles. Portanto gostaria que me respondessem a essa pergunta.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado, Senhora Deputada. O Senhor Presidente depois na sua intervenção dirá algo. Mais intervenções? Faça o favor de intervir Senhor Deputado Paulo Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia. Tem a palavra.”-----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** “ Boa-tarde a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia saúdo todos os presentes, e também aproveito para desejar a todos um bom Natal e um Bom Ano de 2018. A minha intervenção tem a ver como é óbvio com a questão das Juntas de Freguesia, e porque é pena que alguns Presidentes também não exponham aqui as suas ideias e os seus problemas, porque assim ficaríamos a conhecer os problemas de todos. Eu começo por falar na questão dos Acordos de Execução, pois segundo sei desde setembro que não voltou outra vez a haver autorizações para fazermos Acordos de Execução que estão assinados e protocolados, os mensais, e também segundo tenho conhecimento algumas Juntas de Freguesia já receberam as verbas dos Acordos de Execução anuais e outras ainda não. Queria procurar ao Senhor Presidente da Câmara o que é que se passa com esta situação dos Acordos de Execução, e como não poderia deixar de ser, pois já falei aqui duas ou três vezes mas não me cansarei porque nós já assinamos também os Acordos, a questão dos apoios à Casa da Freguesia da Freixeda, que já foi inaugurada dia vinte e sete de maio de dois mil e

dezassete e os 8.500,00 euros (oito mil e quinhentos euros) ainda não chegaram à Junta de Freguesia. Mais uma vez e para terminar, desejo um Bom Natal e um Bom Ano. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia. Mais intervenções no período de Antes da Ordem do Dia? Eu dava a palavra ao Senhor Presidente de Câmara, eventualmente para dar alguma resposta às perguntas que lhe foram colocadas."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Muito boa tarde a todos. Muito bem-vindos os Senhores Deputados Municipais. Vamos dar aqui início a esta última sessão do mês de dezembro e do ano, e por isso aproveitava esta oportunidade para desejar a todos um Santo e Feliz Natal, extensível a todas as famílias, amigos e familiares, e que 2018 seja de facto um ano profícuo, um ano exemplar e com muitos êxitos quer para o concelho, quer para os munícipes e para todos nós. No que respeita à questão que foi colocada relativamente aos apoios aos agricultores, ela foi colocada esta manhã também em reunião de câmara, e portanto quero dizer que entraram uma grande quantidade de projetos e de processos que estão em fase de análise, alguns já estão efetivamente analisados mas há ainda uma outra quantidade que ainda não foi analisada, isto porque são muitos processos e os técnicos não tem capacidade de dar resposta imediata a todos eles. Agora aqueles que estejam em condições de serem pagos, vamos tentar pagar uma tranche desses iniciais, ou seja, aquilo está hierarquizado por ordem de entrada e portanto é essa a lógica que se vai seguir, os pagamentos por ordem de entrada dos respetivos processos. Eu sei que existem processos desde o mês de agosto, e naturalmente que já temos esses processos analisados e vão ser homologados, e depois começaremos a pagar os respetivos apoios. Tal como foi dito na reunião de câmara hoje de manhã, compreendemos as preocupações dos nossos agricultores porque obviamente passam por algumas necessidades, tendo em conta a seca severa com que foram confrontados este ano, claramente que fizeram o investimento e estão já com o dinheiro despendido, e obviamente que também não queremos prejudicar os agricultores mas é manifestamente impossível pagar a totalidade dos apoios, porque efetivamente houve uma grande quantidade de processos que entraram tendo superado até aquilo que eram as nossas expectativas, pois sinceramente não estávamos à espera que houvesse tanta participação, mas é bom, é sinal que os nossos agricultores também estão preocupados com a modernização das suas explorações, e por outro lado também estão a investir no concelho. Portanto, vamos começar a pagar o mais rapidamente possível esses apoios, mas é como digo não será na totalidade, porquanto estamos em final de ano também e não será possível pagar toda a totalidade dos valores."-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** " Mas Senhor Presidente vão pagar todas as candidaturas, vão selecionar algumas, ou vão pagar por tranches?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " As candidaturas serão pagas de forma hierarquizada, pois nós temos um plafonamento de dotação para pagar candidaturas, que não sei se neste momento serão de 20.000,00 euros (vinte mil euros), 30.000,00 euros (trinta mil euros) ou 40.000,00 euros (quarenta mil euros) de plafonamento, e à medida que as candidaturas entrarem vai sendo gasto o dinheiro até esgotar o plafon que temos, isto por ordem de entrada como é lógico."-----

----- **Anabela Saraiva Pinto Coelho, Deputada Municipal:** “ E as outras candidaturas?”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ É pago quando se tiver disponibilidade e na íntegra, pois ninguém ficará sem receber o dinheiro obviamente, mas não será possível em tão curto espaço de tempo pagar a globalidade das verbas, e para não haver discriminação estão hierarquizadas por ordem de entrada, ou seja, as que entraram primeiro serão as primeiras a serem pagas como é lógico, é um critério que é o mais justo na minha opinião. Relativamente à questão dos Acordos de Execução, tal como tinha dito estes acordos estavam em vigor para as Juntas de Freguesia até trinta de setembro, pois a partir do dia um de outubro deixam de estar em vigor, uma vez que tinham de ser formalizados novos Acordos de Execução. Também vai haver algumas alterações porque efetivamente entendemos que, e se repararem no Orçamento isso já está previsto e contemplado, que vamos assegurar tudo aquilo que sejam obras de maior porte a fazer nas respetivas Freguesias, será o Município a assumir essas responsabilidades. Porquê? Porque a maior parte dos Presidentes de Junta socorriam-se do Município para lhes ajudar a fazer a parte da contratação pública, para acompanhar a concretização da obra e as fases de execução e de validação dos acordos estabelecidos com os empreiteiros, e depois seria o Município a ter que desembolsar para as Juntas de Freguesia para poderem pagar, o que acabava por ser um processo moroso e não se justifica, e então optámos pelo contrário, ou seja, será o Município a executar essas obras por uma questão de flexibilização e operacionalização de competências dessas obras, pois se repararem foi solicitado a todos os Presidentes de Junta, as respetivas obras de vulto que queriam ver contempladas no Orçamento estão todas ou quase todas contempladas.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Presidente. Mais intervenções? Tem a palavra o Senhor Deputado José Mano.”-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “ Boa tarde a todos. Desejo a toda a gente um Bom Natal e um Ano do melhor que possa ser para todos. Senhor Presidente, em relação aos dinheiros dos agricultores, acho muito bem que se paguem o mais rápido que se puder e que não se estejam provavelmente dois anos à espera, tal como já aconteceu e já chegaram a estar aqui os agricultores deste concelho. Portanto acho muito bem e sei que este executivo é mais célere a pagar, porque houve outras que por aí passaram que demoravam dois anos a que o dinheiro chegasse aos agricultores, e deixaram para que outro executivo também os pagasse, mas espero que o Senhor Presidente não vá fazer isso e não vá deixar para que outros os paguem. Quanto às obras e aos dinheiros das Freguesias, também sou da opinião que o Senhor Presidente vai ter de ser mais cuidadoso, porque provavelmente vai-se sujeitar a que dê a comparticipação e o dinheiro, e que depois digam que esse dinheiro não entrou nas Freguesias e nas respetivas Associações, e por isso espera-se que seja mais cauteloso que é para não haver dúvidas, e para que realmente as pessoas não tenham incertezas que o Município participou com o dinheiro e na ajuda das obras.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira.”-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** " Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, caros colegas e membros da Assembleia Municipal e digníssimo público presente. Aproveito também para endereçar os meus sinceros votos de Boas Festas, e que o próximo Ano seja mais um Ano positivo para todos, e especialmente para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo que muito precisa. Em jeito de balanço e só para dar o tiro de partida para 2018, apesar de não ter estado presente no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sei que o Senhor Presidente da Mesa esteve, e de lá surgiram uma série de interrogações sobre o futuro do nosso Poder Local democrático, e é realmente um braço do nosso poder político que continua envolto numa neblina, por um esvaziamento constante de atribuições e competências, e também por outro lado lhe estarem a ser adicionadas atribuições e competências sem os respetivos envelopes financeiros associados, o que faz com que a ação dos Municípios se degrade, porque para além de ter mais competências têm cada vez menos recursos próprios, e isso exige da parte dos Municípios Portugueses uma reação e também uma gestão cuidada dos seus recursos para que o colapso não venha a suceder futuramente. Eu fiz aqui um apanhado de alguns advérbios e adjetivos daquilo que penso que seja a preocupação de um gestor público para futuro, pois esta Câmara Municipal deverá ter um foco nas suas gentes na questão do povoamento, na economia local, na valorização dos produtos endógenos, na cooperação transfronteiriça, na cooperação regional, na cooperação inter-regional e trans-regional, no turismo, na valorização do seu património, na rentabilização do seu património próprio, na racionalidade dos seus recursos e na cooperação financeira, nomeadamente naquela que vêm da União Europeia. Poderia continuar, mas penso que se houver rigor nestas áreas 2018 será certamente um ano memorável, e existem condições para que tal aconteça. Faço votos sinceros de que para o ano quando estivermos aqui novamente, possamos comemorar 2018 como um ano positivo para o nosso concelho. Obrigado."--

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Estas questões dos apoios aos agricultores há um regulamento, e penso que nós na Assembleia Municipal não aprovamos regulamentos para eles não serem cumpridos, e é evidente que este regulamento vai ser cumprido, mas tem regras e há critérios de elegibilidade como qualquer apoio público. Na minha opinião, ficou aqui claro que este município e este executivo irão apoiar desde que cumpra os critérios de elegibilidade, pois foi assim no passado, será assim no presente e será assim no futuro, uma vez que é o rigor que este município e este executivo têm dado na gestão das expectativas dos vários agentes municipais, sejam agricultores sejam de outros. Por outro lado, o Senhor Deputado Luís Pereira levantou questões fundamentais, das quais irei falar nelas mais à frente quando falar no Orçamento, isto se os presentes me permitirem. Estivemos no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e de facto os Municípios de pequena dimensão como o nosso não digo que fiquem preocupados mas têm que estar atentos àquilo a que chamam descentralização, porque descentralizar não é igual para todos, pois os territórios não têm todos o mesmo ritmo, não têm todos a mesma geografia, não têm todos as mesmas necessidades e preocupações, e por isso o Tribunal Constitucional há muito que defende que descentralizar é diferenciar, e diferenciar é diferenciar os

territórios, e para criar igualdade entre todos os municípios têm que se criar desigualdades, não há outra forma, é assim, foi sempre assim e será sempre assim, e se não criarmos desigualdades entre os municípios, é evidente que não vai haver igualdade entre esses municípios. O que nós dizemos e o que nós defendemos, é que temos uma tarefa e um objetivo fundamental a traçar, e penso que é o objetivo de todos os que aqui estão que é povoar, pois o Senhor Deputado Luís Pereira falou bem, porque o povoamento é de facto a marca e o objetivo deste mandato, que aliás faz parte do programa eleitoral que submetemos ao eleitorado. De facto o povoamento vai-nos preocupar ao longo destes quatro anos, e estamos certos que alguma coisa vai acontecer nestes quatro anos para inverter este ciclo, estamos seguros, estamos certos, porque temos políticas corretas e algo vai acontecer neste mandato para invertermos este ciclo do despovoamento, que deve ser e estou certo que vocês também comungam isso e estão preocupados com isso, é um objetivo que nos deve unir, que nos deve centralizar, e que deve ser objeto das nossas preocupações e das nossas propostas, para quem nos quiser fazer propostas deve ser esse o objetivo. E seguramente, eu também tenho esta esperança, que 2018 é o ano perfeito se não houver anormalidades, porque todos nós lemos e ouvimos comentadores, e de facto eu não percebo e penso que é tudo cartomante, pois andam muitos cartomantes aí, ou seja, os cartomantes veem o futuro, e o futuro para alguns cartomantes que andam aí na política é sempre negro e veem sempre um buraco, uma crise, um diabo, e eu estou convencido que 2018 é o ano perfeito, e além daquilo que é o Orçamento de Estado para 2018, isto depois aliado ao nosso Orçamento penso que poderá ser uma importante inversão deste ciclo do despovoamento. Mais intervenções? Faça favor de intervir Senhora Deputada Mónica Marques. Tem a palavra."-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** " Ainda relativamente à última assembleia e ainda querendo tocar num assunto, na altura fui esclarecida e que tem a ver com as AEC'S (Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB), e queria voltar a esse assunto porque lhe tinha chegado ao conhecimento que os horários não estariam ainda todos preenchidos, e não sei se é verdade e gostava de saber isso, isto é, se já estavam selecionadas todas as pessoas e se todos os horários já estavam preenchidos?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Falta o horário de Música."-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** "Mas já estão ou vão fazer contrato, é isso?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Sim, já estamos a fazer o contrato."-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** " É que na altura o Senhor Presidente da Câmara disse que tinha sido ouvido o Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo, e gostaria de perguntar se era possível facultar-nos por escrito os critérios de seleção das pessoas, uma vez que o Município vai sempre superintender a atividade da Instituição Particular de Solidariedade Social que neste momento têm a competência para selecionar, e disse-me na altura que houve critérios de seleção. É possível facultar à bancada do Partido Social Democrata, por escrito quais foram esses critérios de seleção, e efetivamente se o Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo foi

mesmo ouvido o parecer que poderá ter dado, é possível facultar-nos essa informação por escrito? É possível solicitar à Fundação Dona Ana Paula Água Vaz de Mascarenhas e Garcia e Dr. Álvaro Augusto Garcia que o Município tem que superintender nesta tarefa, ou seja, é possível pedir à Fundação essa documentação, pois eu sei já sei que é a entidade competente é a Fundação, mas agora como entidade pública que seria em primeira linha a responsável pelas Atividades de Enriquecimento Curricular, e tendo delegado as competências, e por uma questão de transparência e para que não pensemos aqui o que não devemos pensar, é possível facultar-nos e pedir à Fundação Dona Ana Paula Água Vaz de Mascarenhas e Garcia e Dr. Álvaro Augusto Garcia, porque o Município têm que superintender, e até porque o Senhor Presidente da Câmara também é o Presidente dessa Instituição, será que é possível facultar-nos essa documentação, para que não haja dúvidas da nossa parte quanto à seleção das pessoas?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Sim, não há problema nenhum, mas faça o pedido por escrito."-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** " Nós iremos fazer um requerimento que apresentaremos ao Senhor Presidente da Assembleia. Muito obrigada."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhora Deputada. Mais intervenções? Faça favor Senhora Deputada Maria Aguilar. Tem a palavra."-----

----- **Maria da Conceição Laviados Aguilar, Deputada Municipal:** " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Exmas bancadas. Eu gostava de colocar aqui uma questão e acho que era pertinente este assunto. Em relação à estrada que liga as Piscinas Municipais ao Centro de Saúde e à Avenida da Nossa Senhora da Conceição, propunha aqui que fossem colocadas umas lombas, porque está a tornar-se muito perigoso o percurso daquela Avenida, visto andarem ali motas a alta velocidade que põem risco não só os transeuntes, como as pessoas que estão nas Piscinas e no Centro de Saúde. Ao mesmo tempo pedir para colocarem uma sinalização em frente às Piscinas para o estacionamento dos carros, uma vez que o que existe é um estacionamento desordenado, desorganizado e não há respeito pelas pessoas que também têm que estacionar. Era só isto que queria pedir. Muito obrigada."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Muito bem, Senhora Deputada, tomaremos nota desse seu alerta. Mais intervenções? Não havendo mais intervenções, vamos encerrar o período de antes da ordem do dia e prosseguir com a ordem de trabalhos."-----

-----**3. Período da Ordem do Dia:**-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Recebemos um alerta do Senhor José Santos, que foi Deputado Municipal no mandato anterior, e que anda sempre muito preocupado com os seus CTT e há de estar face às últimas notícias, pois estão oitocentas pessoas em vias de despedimento ou negociação, e portanto mandou-nos aqui uma cópia de um jornal onde precisamente alertava que os CTT admitiam pôr outras empresas a gerir balcões, o que ainda seria o melhor dos males, só que pelos vistos já está ultrapassado, e agora já deve ter recebido outras

informações mais preocupantes, mas vamos estando atentos a esta situação. Também recebemos uma nota do Instituto Nacional de Estatística, a qual não foi enviada aos Senhores Deputados, mas fica aqui o alerta de que há muita informação que nós temos, por exemplo da Associação Nacional de Municípios Portugueses há muita informação, e qualquer Senhor Deputado que queira ter acesso é só dirigir-se à funcionária do município afeta à Assembleia Municipal que rapidamente vos fará chegar, porque aquilo que pudermos mandar por e-mail vamos mandar, e o que não pudermos mandar sabem que podem ir ao nosso Gabinete, ainda por cima vamos ter um Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, e portanto o Gabinete estará pronto a mandar-vos toda a informação que tivermos sobre qualquer matéria de interesse para o município. De facto recebemos do Instituto Nacional de Estatística um conjunto de informações estatísticas sobre o nosso Município, e que tem algum interesse e tem a ver com a dinâmica populacional, com a despesa da Câmara Municipal em atividades culturais e de desporto em 2016, com a conclusão e Licenciamento de Obras em 2016, enfim um conjunto de estatísticas que convêm os Senhores Deputados estarem sempre a par destas estatísticas que vão saindo. Recebemos postais de Boas-Festas de muita gente, como da Adega Cooperativa de Castelo Rodrigo, do Município de Pinhel, bem como do Município de Cabeceiras de Bastos, aos quais nós vamos retribuir também desejando as Boas-Festas dentro desta solidariedade municipal."-----

-----**3.2. Apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Vamos então dar aqui algumas explicações relativamente à atividade municipal desenvolvida desde a última reunião ordinária deste órgão deliberativo, realizada em seis de setembro de dois mil e dezassete. Desde logo e em primeiro lugar um passo muito importante na minha opinião que foi dado em termos de: «-----

----- - Assinatura do Protocolo com as Águas de Portugal, pois este Protocolo como sabem vêm colmatar um problema que já se vinha arrastando há vários anos, quanto aos pagamentos a efetuar às Águas de Portugal, o qual vai permitir ao Município pagar no prazo de cinco anos a dívida que tinha para com esta entidade;-----

----- - Depois participámos numa caminhada da Liga Portuguesa contra o Cancro;-----

----- - Houve a entronização da Confraria de Caça;-----

----- - Realizaram-se diversas reuniões da CIMBSE (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela);-----

----- - Efetuou-se a entrega de Livros na Escola Primária, pois como sabem a autarquia oferece gratuitamente os manuais escolares aos alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico;-----

----- - Realizou-se a Cerimónia de entrega de cheques das Bolsas de Estudo;-----

----- - Houve uma reunião com a Ministra da Justiça e também com o Secretário de Estado da Proteção Civil por causa de vários problemas que nós havíamos identificado;-----

----- - Reunião com o Gestor do PDR 2020, devido à questão do Regadio;-----

----- - Também se realizou uma reunião com a Secretária de Estado das Florestas, que foi precisamente na Guarda por causa do problema dos incêndios, preocupação que agora nos tem absorvido, há grande maioria dos nossos políticos devido a este problema que foi o flagelo do verão;-----

----- - Abertura oficial da Academia Sénior;-----

----- - Realizou-se o 2.º Festival das Sopas e das Migas;-----

----- - Houve reunião de Direção das Aldeias Históricas;-----

----- - Comemorou-se o Magusto dos Serviços Sociais do Município;-----

----- - Efetuou-se uma reunião da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Cova da Beira;-----

----- - Realizou-se uma reunião com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, e já vou explicar de seguida qual foi o âmbito dessa visita ao Senhor Secretário de Estado, pois isto tem a ver precisamente com esta problemática do povoamento, e daquilo que serão as tentativas do Município para ultrapassar este problema;-----

----- - Houve a IV Edição do Festival do Borrego da Marofa;-----

----- - Realizou-se também uma reunião na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;-----

----- - Participação no 2.º Encontro da Diáspora para Investidores, isto em Viana do Castelo, a convite do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, em que fomos apresentar uma Plataforma que autorizava para fins de investimento e também para dar a conhecer aos potenciais investidores, interessados e não só, eventuais não residentes no concelho mas que se queiram vir a instalar no território, quais são os benefícios que podem obter pelo facto de se instalarem nestas regiões do Interior.»-----

-----Relativamente à situação financeira do Município dizer-lhes, que em termos de disponibilidades financeiras temos conforme os valores apresentados e consta do quadro infra analisa-se:-----

Disponibilidades

Dinheiro	2.182,78 €
Depósitos	245.486,25 €
Total	247.669,03 €

*Dados retirados no balancete de tesouraria do dia 11/12/2017

No que respeita ao endividamento de médio e longo prazo mantém-se, de uma forma geral, ao mesmo nível, ressalvando, no entanto, que no que respeita ao longo prazo, o Município continua a fazer as suas amortizações de forma regular e consta do quadro infra.

Dívidas de médio e longo prazo (empréstimos).

	Capital em dívida	Encargos pagos até 11 Dezembro de 2017	
		Juros	Amortização
Empréstimos de longo prazo	2.179.901,55 €	21.825,48 €	223.718,66 €

Refira-se que os valores apresentados relativamente aos empréstimos dizem respeito ao valor em dívida na data mencionada. Da mesma forma, os valores pagos relativos a juros e amortização respeitam ao ano corrente.

Dívidas de curto prazo (empreiteiros e fornecedores)

Fornecedores em geral	222.770,31 €
Águas do Zêzere e Côa, S.A.*	232.008,70 €
Empreiteiros	78.877,07 €
TOTAL	524.656,08 €

*Restante, no valor de 665.796,95 € em plano de pagamentos para anos seguintes

Cabe ainda referir a existência de uma dívida à Águas do Zêzere e Coa, SA/Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, no montante de 1.190.518,48 €, registada em provisões.

-----Em relação à execução orçamental, temos em termos de execução de receita um total de 54,56%, e em termos de despesas registou-se um total de 60,45%. Por último informar que em termos de Fundos Disponíveis, à data de 11/12/2017, totalizava 154.588.36 euros (cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e oitenta e oito euros e trinta e seis cêntimos)."

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Presidente. Está aberta a discussão para apreciar esta informação. Se me permitissem e na sequência do que disse o Senhor Presidente, nós fomos recebidos pelo Secretário das Comunidades, o Dr. Luís Carneiro, e curiosamente reunimos com ele numa iniciativa de nos possibilitar a abertura de portas para promover o território, pois o nosso objetivo e o alvo são os nossos imigrantes, e isto já está assumido há muito tempo, e é evidente que esta iniciativa tem maior êxito se for acompanhada pelo Secretário de Estado das Comunidades e pelo Governo. Mostrou-se disponível, e vamos entrar em contacto com os

consulados, e estes vão ser os nossos agentes e interlocutores que irão ajudar-nos a promover o território, pois eles é que irão fazer as várias ações de promoção, porque nós só temos que ir lá a vender o nosso território, e portanto ficou estipulado abertura total para fazer isso, e possivelmente a partir de janeiro, fevereiro estaremos no terreno a fazer isto. Ia decorrer o 2.º Encontro da Diáspora para Investidores, em Viana do Castelo, e nós não estávamos inscritos mas ele inscreveu-nos e em boa-hora o fez, e de facto participámos num painel de sábado às nove horas e trinta minutos, mas não fomos nós, não sou eu, nem é o Senhor Presidente da Câmara a dizê-lo, foram terceiras pessoas que disseram que afinal tínhamos vendido bem o território., , Na nossa intervenção apresentamos o Portal do Investimento que o Município em boa-hora adquiriu, que permite através de uma simulação, saber numa análise abrangente quais são os benefícios fiscais, extrafiscais e comunitários, para qualquer investidor que queira aqui investir., . É esta ferramenta, com tudo aquilo que andámos a fazer nestes quatro anos, desde a saúde ao envelhecimento ativo, preparar o território para ter qualidade. Não se convida ninguém para vir a nossa casa se ela estiver desarrumada, e nós fizemos isso, arrumámos casa e estamos em condições de dizer às pessoas venham, regressem, há aqui uma casa arrumada, pois têm saúde, têm envelhecimento ativo, têm economia, têm qualidade e têm se quiserem apoios para o investimento. O estatuto de residente não-habitual é uma ferramenta importante, e nós vamos usá-lo a partir de fevereiro, pois nestes encontros ficou demonstrado que há de facto abertura para isto, e portanto a partir de fevereiro vamos fazer este périplo pelos nossos consulados para divulgar e promover Figueira de Castelo Rodrigo no sentido de atrairmos, isto porque podemos atrair para residir e para investir, e de facto era um Encontro da Diáspora para Investidores e estavam lá vários. Penso que a mensagem passou bem segundo nos disseram, e acreditamos que é possível com estas medidas invertermos este ciclo do povoamento. Mais intervenções? Não havendo vamos avançar na ordem de trabalhos."-----

-----**3.3. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 35/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Ao ler este Regulamento da Organização dos Serviços Municipais não traduz as competências da Assembleia Municipal, e portanto vamos lá a ver se esta Assembleia fica a saber quais são as competências da Assembleia, quais são as competências da Câmara e quais são as competências do Presidente da Câmara. O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, é muito claro em termos de repartição de competências nestes vários órgãos, pois nós assembleia municipal, diz o artigo 6.º, só temos competência para sob proposta da câmara municipal: «-----

- a) Aprovar o modelo de estrutura orgânica;-----
- b) Aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares; Esta alínea não se aplica porque não é connosco;-----
- c) Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;-----
- d) Definir o número máximo total de subunidades orgânicas.»-----

-----A competência da assembleia municipal é esta, depois a competência da câmara municipal está no artigo 7.º e a competência do presidente está no artigo 10.º, n.º5, que é quem tem competência para

criar subunidades através de despacho. A nossa competência é só isto, mas o que é que fazem muitas câmaras municipais nesta matéria, não apresentam um regulamento apresentam isto, ou seja, apresentam qual é a estrutura que consideram com tantas unidades, tem tantas subunidades e esta é a minha estrutura orgânica. Depois dizem que tem unidades flexíveis e quais é que propõem, e nalgumas câmaras municipais fazem só isto e levam assim à assembleia municipal. Outras câmaras começam com isto e depois põem todo um regulamento com as competências, mas as competências para nós não nos interessa pois isso é matéria autónoma do executivo, ou seja, as competências das unidades para a assembleia municipal não interessa, porque isso é matéria autónoma do executivo, nós só temos que aprovar isto. Por isso pedia aos Senhores Deputados, porque o Regulamento não trazia as subunidades orgânicas, isto é, não sabíamos quantas subunidades é que eram criadas, o qual já foi decidido em reunião de câmara hoje, e como tal a proposta vai ser distribuída. Assim, vamos aprovar um assunto de cada vez. Portanto para aprovar o modelo de estrutura orgânica, que está no artigo 8.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, tem lá a proposta da câmara municipal para a estrutura orgânica, a qual é uma estrutura hierarquizada mas podia não ser, podia ser matricial. Logo a estrutura hierarquizada que propõem está no artigo 8.º e têm uma Divisão Administrativa, Financeira e Sociocultural, em que há a Unidade Administrativa, de Apoio Jurídico e Recursos Humanos, e por sua vez existe uma Subunidade de Compras, Aprovisionamento, Contratação Pública e Candidaturas; uma Subunidade de Recursos Humanos; uma Subunidade de Apoio Administrativo e Documental; uma Subunidade de Gestão Financeira, Contabilidade e Tesouraria; um Serviço de Transportes e uma Unidade Sociocultural e Informática. A par desta Divisão existe também a Divisão de Obras, Planeamento e Urbanismo, a qual se divide na Unidade de Águas, Saneamento, Energia, Limpeza, Urbanismo e Jardins e agrupa-se no Serviço de Limpeza, Urbanismo e Jardim e no Serviço de Água, Saneamento e Energia, bem como pela Unidade de Obras, Planeamento e Ambiente, em que se subdivide na Subunidade de Apoio Administrativo, e na Unidade de Gestão de Vias, Estradas, oficinas e Mecânica, a qual ainda se divide nos Serviços de Vias e Estradas e de Oficinas e Mecânica. Portanto o que eu pedia à discussão era se queriam discutir esta estrutura hierarquizada com as divisões, as unidades e as subunidades que estão previstas nesse artigo 8.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, em que temos duas Divisões, a Divisão Administrativa, Financeira e Sociocultural e a Divisão de Obras, Planeamento e Urbanismo, e dentro dessas divisões há unidades, e depois por sua vez há subunidades e até aparecem aí serviços. Quanto aos gabinetes não temos que nos pronunciar, pois não temos aprovar nem desaprovar gabinetes, porque faz parte da matéria autónoma da câmara municipal. Faça favor Senhor Deputado Luís Pereira, tem a palavra."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** " Obrigado, Senhor Presidente. Apesar de ser uma escolha política a estrutura do serviço, e aliás competirá apenas ao Senhor Presidente da Câmara escolher a forma como quer gerir os seus próprios serviços, uma vez que é da sua própria competência a gestão dos recursos humanos, e não faria qualquer sentido para mim que se rejeitasse a proposta que foi apresentada. De qualquer forma, e olhando para o organigrama que nos foi distribuído, parece-me que ele está mal construído a nível mesmo de estrutura, está um pouco impercetível. De qualquer forma e

olhando melhor para ele falta uma série de linhas de staff, nomeadamente no mês de maio, e penso que principalmente o Senhor Presidente da Mesa saberá talvez melhor do que eu, que entrará em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados, que vem impor às empresas e também à administração pública uma série de orientações no que diz respeito à proteção dos dados pessoais, e para a administração pública vem onerar que cada uma das unidades, neste caso os Municípios tenham um DPO (Data Protection Office), que tem de responder diretamente ao Senhor Presidente de Câmara Municipal, e não está aqui espaldado essa preocupação que tem que ser até maio absorvida neste organigrama. De igual forma, penso que deveria subir algumas destas caixas para a linha de apoio de staff direto ao Senhor Presidente de Câmara e que não estão no sítio correto, isto é, o Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereação, o Gabinete de Proteção Civil e o Gabinete Veterinário não deveriam estar na mesma linha das Divisões, mas teriam que estar em linha de staff junto com o Senhor Presidente de Câmara porque respondem diretamente a ele e apenas a ele. Junto com estas poderiam estar outras nomeadamente o tal Gabinete relativo à Proteção de Dados, o Gabinete Jurídico e outras, que não são unidades orgânicas que deveriam depender de chefias intermédias neste organigrama, mas esta é uma estrutura que deve ser pensada para o futuro, talvez uma revisão dentro de pouco tempo. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. São propostas pertinentes. Vamos aprovar o modelo de estrutura orgânica que é este, bem ou mal e com as deficiências que têm, e muito bem foram aqui já apontadas algumas mas podiam ter sido apontadas mais, porque por exemplo os Vereadores que tem pelouros também deviam estar aí e não estão e não só o Presidente de Câmara é que devia estar. De facto tem razão o Senhor Deputado quando diz que os Gabinetes são ao lado, pelo menos nos organigramas é assim, ao lado, e não a independência, pois é para darem apoio e não estão hierarquizados, não há hierarquias entre eles, e aqui aquilo que há são hierarquias, pois quando a gente mete estas caixas e depois há alguém a ligá-los é porque vai haver hierarquias e há uma dependência, e ali nos gabinetes não há. Depois há outra questão que me chamou a atenção e que não é coerente nos vários artigos, porque por exemplo no artigo 4.º a alínea c) diz o seguinte: «Gabinetes - Constituem-se com unidades orgânicas de natureza operacional, técnica e administrativa, de assessoria e apoio ao Município, à presidência da Câmara e aos órgãos Municipais.» Órgãos Municipais há dois, a Câmara e a Assembleia, e eu não vejo aqui pois isto faz sentido, criar um Gabinete de apoio aos órgãos, e já temos dito isso até para valorizar o papel da Assembleia, embora exista uma secretária não é um Gabinete é uma espécie de caixa postal, onde se recorre para levantar e depositar, mas faz sentido, criar um gabinete e até porque se justifica. Só que depois e a seguir quando se criaram os Gabinetes só aparece no organigrama o Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereação, e parece que a Assembleia Municipal também caiu de repente e portanto tem de se rever isto. Por isso eu diria que estes regulamentos são evolutivos, até porque a criação de Gabinetes não têm que vir à Assembleia, e então o Senhor Presidente da Câmara fica com este desabafo, que faz sentido criar-se um Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, que depois pode desagregar-se em Apoio ao Presidente e Vereação e Apoio à Assembleia Municipal, pois faz todo o sentido fazer depois uma desagregação. Agora não pode é aqui prever isto, e depois no organigrama e

aqui no artigo 5.º e a seguir já não se falar nisto, parece que se perdeu no meio, ou seja, algures perdeu-se esta noção que tinham que era boa, e que ao fim de mais dois artigos acabou por se perder. Em relação a esta estrutura organizada não tenho muito a dizer, pois o Senhor Presidente e o executivo é que sabem como gerir melhor os serviços e que divisões é que deve criar, e são estas que não me parecem que sofram grande discussão, porque eles é que entendem que estas divisões e estas unidades, de acordo com o nome que aí está e com as funções que vão ter as atribuições, é aquela que melhor prossegue os interesses e os serviços que temos que prestar aos nossos munícipes. Assim o artigo 8.º, que estabelece o modelo de estrutura hierarquizada na organização dos serviços, vamos votá-lo. Colocado à votação o artigo foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. Depois vamos aprovar e definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, a qual é uma competência da câmara municipal, isto de acordo com o artigo 10.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que visa «A criação, alteração, ou extinção de unidades orgânicas no âmbito da estrutura flexível visa assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos, tendo em conta programação e o controlo criteriosos dos custos e resultados.» O artigo 7.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais prevê sete Unidades Orgânicas, em que no n.º 1 estão as «Unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigentes intermédios de 2.º grau (chefes de divisão). O número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigentes intermédios de 2.º grau, ou Divisões, do Município de Figueira de Castelo Rodrigo é fixado em 2 (dois); no n.º 2 as «Unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigentes intermédios de 3.º grau (chefe de unidade funcional). O número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigentes intermédios de 3.º grau, do Município de Figueira de Castelo Rodrigo é fixado em 3 (três); e depois no n.º 3 temos as «Unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigentes intermédios de 4.º grau (chefe de unidade funcional). O número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigentes intermédios de 4.º grau, do Município de Figueira de Castelo Rodrigo é fixado em 2 (dois).» Está aberta a discussão. Se concordam ou se não concordam e se tem propostas a fazer. Não havendo discussão vamos pôr à votação. Colocado à votação o número máximo de unidades orgânicas no Município de Figueira de Castelo Rodrigo, previsto no artigo 7.º, foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Depois o n.º 5, definir o número máximo de subunidades orgânicas, pois inicialmente a proposta que nos foi apresentada não trazia, mas esta nova proposta que agora foi distribuída, em que o n.º 5 é alterado e diz assim: «Incluem-se, também, subunidades orgânicas, em número não superior a 11 (onze), que poderão ser coordenadas por coordenadores técnicos, sendo o limite de coordenadores técnicos fixado 3 (três) e, ainda serviços, que poderão ser coordenados por encarregados operacionais, sendo o limite de encarregados operacionais fixado em 5 (cinco)». A câmara municipal por despacho do Senhor Presidente, e até porque este despacho tem que ser publicado no Diário da República, o despacho do Senhor Presidente é criar as subunidades orgânicas que é quem têm competência é de onze, e a câmara municipal propõem-nos então este numero como subunidades orgânicas, as quais estão identificadas no organigrama. Alguém quer discutir? Não havendo discussão vamos votar. Colocado à votação o número máximo de subunidades orgânicas no Município de Figueira de Castelo Rodrigo,

previsto no n.º5 do artigo 7.º, foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Ainda temos que aprovar outra coisa, pois de acordo com o Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, diz o n.º 2 do artigo 4.º que «a estrutura orgânica pode prever a existência de cargos de direção de 3.º grau ou inferior», e depois diz o n.º 3 que «no caso previsto no número anterior, isto é, quando se criam dirigentes de 3.º grau ou inferior, e vejam que nós temos dirigentes de 3.º grau e de 4.º grau, cabe à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como das respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.º e 6.º posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior.»

Nos artigos 12.º 13.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais do Município de Figueira de Castelo Rodrigo estão previstas estas situações, pois o artigo 12.º diz «no n.º1 que os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados de entre os trabalhadores em funções públicas, de entre quem seja dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo e que reúna, cumulativamente, os seguintes requisitos:-----

-----a) No mínimo, formação superior graduada de licenciatura;-----

-----b) Dois anos de experiência profissional em funções para que seja exigível a formação referida na alínea anterior.-----

-----e no n.º 2 que a remuneração do titular do cargo de direção intermédia de 3.º grau corresponde à 4.ª posição remuneratória da carreira/ categoria de técnico superior». Depois para o recrutamento dos cargos de direção intermédia de 4.º grau está previsto no artigo 13.º o qual diz «no n.º 1 que os titulares dos cargos de direção intermédia de 4.º grau são recrutados de entre os trabalhadores em funções públicas, de entre quem seja dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo e que reúna, cumulativamente, os seguintes requisitos:-----

-----a) No mínimo, 12º ano;-----

-----b) Dez anos de experiência profissional na carreira de assistente técnico ou assistente operacional.--

-----e no n.º 2 que a remuneração do titular do cargo de direção intermédia de 4.º grau corresponde à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior.» O artigo 13.º n.º 2 tem de sofrer aqui uma correção, porque o regulamento fala na 2.ª posição remuneratória, e a lei obriga a que seja entre a 3.ª e a 6.ª posição remuneratória, em que fica estabelecida a proposta na 3.ª posição remuneratória. Assim, o n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento passa a ter a seguinte redação «A remuneração do titular do cargo de direção intermédia de 4.º grau corresponde à 3.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior.» Está aberta a discussão? Não havendo discussão vamos colocar à votação. Colocado à votação o artigo 12.º - Recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau e o artigo 13.º - Recrutamento para os cargos de direção intermédia de 4.º grau do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, foram aprovados por unanimidade dos votos dos membros presentes, e passam a cumprir o exigido nos números 2 e 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto."-----

-----**3.4. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 37/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Saída do Município de Figueira de Castelo Rodrigo da “Territórios do Coa, Associação de Desenvolvimento Regional”**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Tem a palavra o Senhor Presidente para apresentar a proposta.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Em relação a esta situação, é sempre com alguma mágoa e dificuldade que se propõem a saída de determinada Associação ou de determinado órgão. Porém esta situação foi ponderada em função daquilo que têm sido a atividade e os eventos realizados pela “Territórios do Coa, Associação de Desenvolvimento Regional” no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e porquanto é a isso que temos que estar atentos e efetivamente nos devemos pronunciar, pois é nosso entendimento que esta Associação nos quatro anos de exercício do quadriénio anterior e em que este executivo esteve à frente do Município, verificámos e constatámos que logo desde o início a sede desta Associação acabou por sair do concelho por decisão dos seus membros, e portanto logo aí e na nossa perspetiva foi um erro ter retirado a sede daqui do concelho. Aliás eu manifestei a minha veemente discordância relativamente a essa situação, da saída da “Territórios do Coa, Associação de Desenvolvimento Regional” do concelho, porque neste caso a situação já vinha de trás tanto quanto sei e se a memória não me falha, pois isto ultrapassa-me um pouco uma vez que não apanhei a fase inicial de arranque desta Associação, já tinham tido a sede em Vila Nova de Foz Coa. Posteriormente foi designado que a sede deveria ser transferida para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e quando eu fui eleito logo na primeira reunião em que participei foi imediatamente decidido e proposta a sua saída para o concelho limítrofe de Almeida. Independentemente da sede que nem é essa a questão que está aqui em causa, é o facto que toda a atividade realizada pela Associação não ter tido de facto impacto e reflexo para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Eu vou-vos dar aqui alguns números só para ficarem com uma ideia, pois em quatro anos de atividade apenas em 2014 entrou termos de financiamento para o município 31.252,00 euros (trinta e um mil duzentos e cinquenta e dois euros), ou seja, em quatro anos o único financiamento que obtivemos e já era de um projeto de 2013 ou de 2012, salvo erro, apenas recebemos esta verba. Naturalmente que quando os Municípios se associam a estas Associações têm uma finalidade e um objetivo, que é desenvolver atividades, promover o território, criar iniciativas nesses locais para que alavanquem e promovam a economia local, e também desenvolvam no exterior todos os municípios que estão e fazem parte dessa Associação. Na nossa perspetiva a Associação não cumpriu com os objetivos a que se propôs, pois foram quase nulas as iniciativas desencadeadas aqui no território, mas também temos conhecimento de que há outros municípios que já propuseram a sua saída, nomeadamente Vila Nova de Foz Coa, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo, entre outros, e o próprio PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, que suportava esta Associação também infelizmente não foi aprovado, e portanto parece-me que o Município de facto não conseguiu estando dentro desta Associação, tirar o proveito que seria desejável e indispensável para que permanecêssemos na “Territórios do Coa, Associação de Desenvolvimento

Regional". Portanto penso que não temos outra alternativa senão propor efetivamente a saída desta Associação."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Muito obrigado, Senhor Presidente. Está aberta a discussão? Faça o favor de intervir Senhora Deputada Mónica Marques. Tem a palavra."-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** " Relativamente a este ponto da ordem do dia só queria fazer uma pergunta. O executivo não faz tudo para promover os territórios do Coa? Não está a tentar até inclusivamente vender estes territórios para o exterior, tal como disse há poucos instantes o Senhor Presidente da Assembleia Municipal? Então se nós queremos vender o nosso território, como é que nós vamos sair de uma Associação que tem em vista precisamente a promoção do território do coa, e não a promoção só do Município de Figueira de Castelo Rodrigo pois temos que ver isto como um todo, o território do coa e não como apenas o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, mas temos que trabalhar em rede porque só assim é que seremos fortes, uma vez que são territórios já muito abandonados e se não trabalharmos em equipa e em rede e se formos os primeiros a sair, acho que isso não é decisivamente um bom exemplo para ninguém, isto porque se estamos a vender uma imagem não podemos dar-nos ao luxo de sair de uma Associação, que tem com objetivo primordial a promoção dos territórios do coa. Eu não entendo isto e gostava que explicasse e que concretizasse a falta de atividade que refere, pois sinceramente tenho aqui muitas dúvidas relativamente a isto. Vou passar agora a palavra ao meu colega e Senhor Deputado Municipal Paulo Santos que também quer falar sobre este assunto."-----

----- **Paulo Jorge Ferreira dos Santos, Deputado Municipal:** " Antes de mais e não vou cair na repetição dos meus colegas e dos Senhores Presidentes, mas faço das vossas palavras minhas no desejo de um bom natal e de um bom ano novo. Agora vamos ao que interessa que é a proposta, exarada pelo Senhor Presidente e que estamos a apreciar, e de facto ao analisar a proposta fiquei surpreendido, reconheço, porque julgava entender que a Associação Territórios do Coa têm pelo menos como objeto social a definição de estratégias de âmbito regional, ou seja, o nosso concelho só terá a ganhar se sair valorizado e fortalecer esta rede que se pretende criar no Coa, pois como vocês sabem é um dos patrimónios da humanidade, e nós devíamos aproveitar e alavancar esse património e essa riqueza para a criação das tais marcas de alojamento e de restauração, e tínhamos obviamente muito a ganhar com esta Associação. Agora não entendo é como é que não há atividades desta Associação, e perdoe-me o Senhor Presidente, isso é quase um reconhecimento da falência da própria Direção da Associação, pois o Senhor Presidente que eu saiba é membro daquela Direção, e então no local próprio nunca questionou nem nunca exigiu a realização de atividades cá e lá fora de promoção do concelho? Eu também acho que a Associação pretende mais a promoção lá fora daquilo que são as riquezas, as características e as potencialidades que aqui existem neste concelho. Dir-me-á que se calhar as quotas que se pagaram não justificarão o retorno dos tais 30.000,00 euros (trinta mil euros), mas na minha modesta opinião considero que é estratégica e politicamente um erro, pois dá a sensação que estamos a ser uma espécie de Trump se me permitem, em alusão ao senhor americano, pois não era ele que

queria construir o muro junto à fronteira com o México, e nós fazemos quase o mesmo, arranjamos uma muralha à volta do concelho e isto já é uma península rodeada por três rios, e portanto ao sair de uma Associação que promove lá fora vamos ficar aqui isolados, e honestamente e com base nos considerandos que estão na proposta acho muito pouco, e dá a sensação que a Direção não se entende e o problema é que aqui fica o Senhor Presidente da Câmara com o ónus, porque ele é membro daquela Direção que eu saiba."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Vou passar a palavra ao Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Eu sinceramente não gosto de ser maldoso mas isto há aqui qualquer coisa, porque logo há quatro anos atrás deve ter sido coincidência a mais, pois este executivo ganha as eleições e a dita Associação tira a sede daqui do nosso concelho, não sei porquê francamente, porque nem houve debate nem vi a oposição a reclamar há cerca da sede da "Territórios do Coa" ter saído de Figueira de Castelo Rodrigo, pois nós os figueirenses aqueles que dizemos que combatemos e queremos o melhor para a nossa terra, então tiram-nos uma sede que é a sede da Associação dos Territórios do Coa da qual o nosso Município faz parte e levam-na daqui para Almeida, e por muito respeito que mereça Almeida e que o merece, algo aqui falhou mas não quero estar aqui a fazer juízo de valores, mas gostava de perguntar em primeiro lugar ao Senhor Presidente se a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo paga quotas, e portanto se paga quotas e está a confirmar, e eu por acaso já ouvi falar de alguns eventos da "Territórios do Coa" noutras terras e locais, mas eu pelo menos e posso estar a ser injusto, nunca em quatro anos realmente vi um evento desta Associação a ser realizado no nosso concelho, agora se o houve sinceramente não me lembro. Depois gostava de saber quem é que decidiu que a sede saísse de Figueira há quatro anos? Será que foi a Direção ou será que foram os sócios dessa dita Associação? Alguém me pode responder?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Foi a Direção, porque é onde todos os municípios fazem parte."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Está tudo dito então, porque as maiorias normalmente vencem, e a maioria venceu e foi alterada dessa Associação o local da sede por uma questão de cores políticas, pois eu sou um bocado como o povo, gosto muito de dizer aquilo que devemos dizer, e às vezes há alguns que só insinuam mas eu gosta muito de ser claro, e realmente Senhor Presidente, se a câmara municipal vê e entende que sermos sócios dessa Associação única e simplesmente para sermos contribuintes, por muito respeito que me mereça toda a região eu acho muito bem que o município abandone essa Associação, e mais, que mostre o seu descontentamento e que diga o porquê de querer abandonar a Associação, pois se eu sou associado de uma Associação qualquer e se um sócio recebe tudo e o outro não recebe nada, porque como costume dizer, que haja democracia mas que a bola também seja nossa, pois se é só para ser repartida pelos outros não vale a pena nós estarmos a pagar, isto que fique claro, e esta é a minha opinião e penso que seja da bancada do Partido Socialista."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida."-----

----- **Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal:** “ Tanto quanto pude saber não seremos nós os primeiros a construir os ditos muros, porque parece que já saíram quatro municípios e portanto já há lá quatros muros construídos parece-me, e depois, enfim isto é uma situação que o Senhor Presidente é que tem de saber qual é a relação custo/benefício, e se a relação é desfavorável pecca por tardia esta decisão, e sinceramente é a minha opinião.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Obrigado, Senhor Deputado. Faça o favor de intervir Senhor Deputado Paulo Santos. Tem a palavra.”-----

----- **Paulo Jorge Ferreira dos Santos, Deputado Municipal:** “ Eu registo as palavras dos Senhores Deputados, mas nós tivemos o cuidado de contactar a Associação e obtivemos alguns esclarecimentos como é óbvio, e por exemplo percebemos que houve por unanimidade da Direção foi decidida a mudança da sede. Logo se houve unanimidade significa isso que o Senhor Presidente da Câmara também assinou aquele ata, ou seja, concordou com a saída da Associação, mas obviamente que o Senhor Presidente tem toda a legitimidade em querer sair da Associação, não é isso que está em causa, pois nós estamos a falar do ponto de vista da estratégia se será o mais correto, e estamos a expressar a nossa opinião, e evidentemente que a maioria como naquele momento que por acaso até foi uma maioria que teve o carácter de unanimidade, houve a decisão de se mudar julgo eu para Almeida, e portanto o Senhor Presidente foi chamado a expressar-se na altura e decidiu assim. Relativamente aos muros é verdade, pois qual é o grande problema da saída dos municípios do norte? Sabem bem que Freixo-de-Espada-à-Cinta e Torre de Moncorvo por exemplo que pertencem à “Territórios do Coa”, nunca vão poder ir à CCDR Centro (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), buscar o bolo financeiro resultante de qualquer projeto e é claro que eles tinham que sair, isto porque eles podiam beneficiar da promoção e pagavam as quotas mas depois as candidaturas não lhes era permitido aceder, pois nem a CCDR Centro (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) iria financiar os municípios do norte nem a CCDR Norte (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) iria financiar Figueira de Castelo Rodrigo, mas a questão não é por aí porque isso são questões estratégicas que se impunham, a questão é sairmos de uma Associação que promove lá fora todo este território e ficamos entregues no fundo a nós próprios, porque vai ser agora o município a ter a capacidade de mover-se lá fora, e será que não era mais benéfico termos uma Associação que trabalha em rede e com capacidade de chegar mais longe? Esse é o tal erro estratégico que eu assinalo, e aliás recentemente julgo eu saber, o Senhor Presidente esteve numa exposição em Lisboa com todos os membros da “Territórios do Coa”, em promoção do nosso território por exemplo ainda há pouco tempo, ou então a informação chegou-me erradamente e se tal aconteceu eu peço desculpa, mas é para fora que esta Associação trabalha não é propriamente o objetivo da “Territórios do Coa”, não será em Figueira de Castelo Rodrigo promover o queijo e o bom vinho que cá temos, é promover-lo em territórios ou em comunidades ou em cidades ou em polos habitacionais fora desta região, pois eu julgo que é esse o trabalho primacial daquela Associação, agora se consideram que os dois mil ou três mil euros são um grande ónus para o município e ficamos a perder porque não há cá atividades, eu continuo a dizer e penso que estrategicamente temos mais a ganhar estarmos integrados na Associação do que estarmos isolados, obviamente que o Senhor Presidente

considera que não será assim e tem toda a legitimidade e respeitaremos, mas não concordamos com essa posição."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Faça o favor de intervir Senhor Deputado José Mano. Tem a palavra."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " É lógico que temos que respeitar todos a opinião uns dos outros, pois nós teremos uma opinião e os Deputados da oposição terão outra, isso é normal pois em democracia funciona assim e é normal que assim seja, mas aqui a grande questão é esta, porque por aquilo que ouvi, por aquilo que eu sei e por aquilo que o Senhor Presidente aqui nos disse, ao contrário do que alguns Deputados dizem afinal a "Territórios do Coa" não promovem nada, e por isso mesmo o descontentamento do Senhor Presidente, e se promovem, promovem outras terras e outros destinos e não promovem o nosso concelho, pelo menos foi isso que eu depreendi, e por aí um dos descontentamentos provavelmente deste executivo, é porque realmente esta dita Associação não promove, isto porque se promovesse, se trabalhasse em prol de Figueira de Castelo Rodrigo e de outros concelhos, possivelmente o Senhor Presidente da Câmara, não sei, mas se estivemos quatro anos e se houve uma mudança de sede que foi uma tomada de posição ainda mais drástica, e mesmo durante estes quatro anos nunca se quis abandonar e nunca se trouxe este assunto à assembleia municipal, algo de errado aqui está. Agora temos de saber se realmente esta Associação promove ou não promove, mas por aquilo que eu sei e por aquilo que eu vi, pois costuma-se dizer que contra factos não há argumentos, e digam-me qual foi a promoção que esta Associação fez deste concelho, porque até eu poderei estar enganado e a ser injusto, e portanto digam-me qual foi a promoção que fez a este concelho, e depois sim vamos discutir e vamos continuar a debater o tempo que for preciso o assunto."---

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Se me permitem eu queria dizer duas notas sobre esta matéria, em primeiro lugar para corrigir o Senhor Deputado Paulo Santos que isto é uma proposta da câmara e não é do Presidente, e quem é associado é o Município e aqui o Senhor Presidente é o porta-voz de uma deliberação da câmara municipal, que aliás foi aprovada por três votos a favor e dois contra. Quem anda a par dos programas comunitários e eu acompanhei o QCAII, o QCAIII e agora o Portugal 2020, o PROVER - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos, fez um balanço daquilo que foram os êxitos e as ineficácias dos apoios comunitários para os nossos territórios, e vou-vos ler em linhas gerais o que é que faz esse balanço, e diz assim: «No balanço que se vai fazendo aqueles programas que é o LEADER, é às Associações, é o PROVER, são apontadas várias debilidades:-----

-----Primeira Debilidade - Insuficiência dos apoios financeiros face ao elevado número de territórios, como é evidente há muitos territórios e o bolo é pequeno fica tudo a olhar e ninguém recebe nada;-----

-----Segunda Debilidade - Monopolização de projetos por algumas Associações ditas de Desenvolvimento;-----

-----Terceira Debilidade - Demasiada centralidade na aprovação das estratégias e desfasamento temporal da implementação das ações;-----

-----Quarta Debilidade - Dificil conciliação dos interesses dos municípios dada a autonomização municipal e a diversidade dos territórios, sendo difícil a perceção de um bloco identitário;-----

-----Quinta Debilidade - Inexistência de apoios diretos;-----

-----Sexta Debilidade - Ausência dos municípios como agentes promotores, executores e beneficiários de certos programas;-----

-----Oitava Debilidade - Financiamento dos projetos municipais que não são prioritários que é preciso aproveitar porque há fundos comunitários.-----

----- Senhores Deputados, a pior coisa é verificar que as iniciativas territoriais não dão resultado e insistir na mesma receita e na mesma dose. Já sabem a minha decepção por aquilo que sejam organismos de escala, pois eu sou municipalista, e acho que o município tem que ter e vai ter capacidade de fazer melhor. Eu não acredito porque já estou velho, já passei por estes quadros e já geri alguns destes programas, já passei por eles, e eu não acredito e não me venham a dizer que com isto ganhamos escala ou deixamos de ganhar escala ou que somos beneficiados. Há que analisar o que interessa de facto ao nosso concelho, porque nós não temos medo de estar isolados e devemos fazer escala com aquilo que deve ser feito no momento certo em escala, ou seja, fazer cooperações ad hoc, aliás como o Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem feito a nível do desporto, das universidades, entre outras, mas não podemos é andar assim, porque se aquilo correu mal é para acabar não é para insistirmos, e por vezes até gozam com o nosso município, enfim lá estão eles mais uma vez a contribuir sem terem qualquer proveito, sem ganharmos o que quer que seja em termos de desenvolvimento local. Por isso, eu não posso estar mais de acordo com esta decisão, porque se não há benefícios e se não há escala para o município então está na altura de pensar e acabar. Isto é como as relações, se não está bem acaba-se, e quem vier se achar que é melhor, que faça o que tiver a fazer, mas nós no momento certo temos que decidir aquilo que é o melhor para o município, e neste momento a proposta da câmara municipal dizer basta a estas iniciativas que nada trazem para o município. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Só quero acrescentar aqui apenas dois aspetos, só relembra que o único PROVER - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos que teve aprovação em termos de CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), pelo mérito e pelo desempenho que teve foi o das Aldeias Históricas, foi o único. Agora pergunto, como é que esta Associação vai ter capacidade de sobrevivência, para além e se não for através dos apoios das cotizações dos municípios, como é que esta Associação vai ter capacidade de sobrevivência nos próximos tempos, se não tem nenhum PROVER - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos aprovado. Outra das questões que eu digo é que efetivamente o trabalho em rede, e como referenciou o Senhor Deputado é fundamental, mas não é só pelo facto de estarmos dentro da Associação que já estamos a tirar proveito disso, pelo contrário a Associação também têm que na realidade criar aqui sinergias entre todos os municípios, no sentido de fazer o respetivo aproveitamento e promoção destes territórios o que na nossa perspectiva não o fez devidamente, e mais, nós quando criamos esta tal escala, se é disso que estamos a falar e penso que sim, ou seja, criar a tal rede para criar a tal escala, o objetivo seria efetivamente ir buscar financiamentos que depois permitissem desenvolver projetos nos vários municípios que

alavanquem os seus territórios, e também isso não aconteceu, e portanto não houve pelo menos no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e é disso com que tenho com que me preocupar, porque eu tenho que dar satisfação aos munícipes deste concelho e eu não tenho com que me preocupar com os de Almeida, ou de Pinhel ou de Vila Nova de Foz Coa, eu tenho com que me preocupar é com os munícipes de Figueira de Castelo Rodrigo a quem eu tenho que prestar contas, e é com esses que eu tenho que efetivamente estar comprometido, não vimos nenhuma correspondência em termos de benefício direto ou até indireto para o município em concreto, porque é como digo, nós recebemos 32.000,00 euros (trinta e dois mil euros) em quatro anos e foi em 2014, pois nos anos de 2015, 2016 e 2017 não recebemos nada, e portanto este montante comparativamente com as despesas que temos com a Associação não é justificável, e não me parece que se justifique neste momento a nossa permanência na respetiva Associação, respeitando naturalmente as opiniões dos Senhores Deputados que obviamente tem se calhar outra visão, mas com todo o respeito naturalmente entendo e entende o município que não estamos a beneficiar com a nossa integração. Já agora permitam-me que vos diga que fomos convidados para integrar a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, ao qual já submetemos à reunião de câmara para aprovação essa adesão, e portanto nós vamos passar a integrar também esta Associação, até para também vir aí a aproveitar alguns dos apoios que temos para o Douro, pois como sabem o Douro está na moda e faz parte do nosso território, e destes municípios todos que faziam parte da "Territórios do Coa", nós somos dos que temos o rio Douro a passar no nosso território, e claramente nós queremos também fazer o aproveitamento disso, e portanto nós vamo-nos associar à Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Presidente. Alguma pergunta? Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** " Senhor Presidente, apenas para justificar o meu sentido de voto até porque há bem pouco tempo, ainda no mandato anterior, falou-se na possibilidade de abandonarmos a CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, e fui talvez aquele Deputado que mais se opôs a essa intenção, mas hoje compreendo que foi tomada de uma forma diferente, pois foi uma questão política para que a CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, tivesse uma atuação diferente daquela que vinha a prosseguir, e não obstante dessa realidade voltaria a votar contra a saída da CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela obviamente porque nos isola no território, e isola-nos no território a saída de Associações como esta "Territórios do Coa". Não obstante, a liberdade que o Senhor Presidente tem e a Câmara Municipal tem de propor a entrada e a saída das Associações que entender, eu apenas não voto a favor porque penso que falta aqui uma questão de comprovação dos factos, isto é, as informações que nos foram trazidas não nos esclarecem suficientemente para tomar a decisão de sair, e tal como foi obscura a deliberação quanto à CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela também me parece a mesma situação quanto à "Territórios do Coa", porque a "Territórios do Coa" como qualquer Associação de promoção regional promovem iniciativas de âmbito regional, que não são quantificadas em projetos que se apliquem em territórios específicos como o dignatário do concelho de Figueira

de Castelo Rodrigo, ou seja, estas Associações têm projetos em vigor que são transversais e não são quantitativos nem qualitativos e tem que ser olhados no espectro genérico. Como não faço parte da Associação e não tenho nenhuma atribuição na câmara municipal enquanto gestor, desconheço se esta Associação fez ou não fez alguma coisa por todos os territórios incluindo o de Figueira de Castelo Rodrigo, e acho que era isso que o Senhor Presidente da Câmara deveria trazer aqui e documentar, do que esta Associação é uma Associação aos seus olhos inútil para a promoção do concelho, e por essa razão tem toda a liberdade para propor a saída e é só por isso, porque não saio esclarecido daqui e não aprovo esta saída do Município. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Faça o favor de intervir Senhora Deputada Mónica Marques. Tem a palavra."-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** " Só para acrescentar umas palavras aquilo que eu já disse e que o Dr. Luís Pereira agora também frisou bem, realmente não há aqui fundamentação nesta deliberação, falta isso, porque se eu me lembrar de dizer que não estou de acordo com o comportamento desta Associação e quero sair e vou sair, não tem que haver fundamentação, pois estamos numa assembleia municipal e temos que ter fundamentação do que é deliberado, e portanto foi aquilo que eu perguntei há pouco ao Senhor Presidente, em que é que traduz este discurso de inatividade da Associação? Não será também inatividade do próprio Município de Figueira de Castelo Rodrigo? Não passará também por aí? Questionou a Direção da Associação? Questionou a Direção quando foi da mudança de sede? Questionou agora a Associação enquanto membro da mesma sobre a sua atividade, nomeadamente em relação ao município de Figueira de Castelo Rodrigo? O que é que o leva a querer sair? Quais são os factos e os fundamentos? É isso que nós queremos saber e mais nada, porque eu por acaso estou de acordo ali com o Senhor Deputado José Mano, porque eu gosto da maneira de ele falar porque é direto, porque ele fala em perseguição a cores políticas, porque eu também gosto de falar assim, e não quero acreditar que isto passe por uma cor política, como opção de cores políticas e é por isso que eu quero a fundamentação."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhora Deputada. Mais intervenções? Tem a palavra o Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Parece que os Deputados da oposição, estão no direito deles é lógico tal como eu estou no meu, tem opinião deles, questionam e bem, e acham que a Associação tem feito um trabalho de mérito e que tem promovido muito o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, é provável que sim, mas também ainda não me conseguiram dizer o que é que a Associação fez para promover este concelho, pois também gostava que alguém me dissesse que tinham tomado esta e aquela iniciativa. Eu volto a repetir que não gosto de ser injusto com ninguém, mas até poderei estar a sê-lo, porque poderá ter havido iniciativas das quais não me tenha apercebido delas, mas quem sou eu pelo amor de Deus também falho e falho muitas vezes, mas parece-me e não me restam dúvidas nenhuma por aquilo que o Senhor Presidente já disse, que está claríssimo que esta Associação até hoje nada trouxe a este concelho, não promoveu e possivelmente nem saberá que este

concelho existe e que faz eventos, provavelmente nunca se procurou associar em nenhum evento do concelho até para lhe dar mais visibilidade e para mostrar mais ao mundo, visto ter mais ferramentas para que isso seja possível, e até poderá que isso tenha acontecido mas sinceramente não tenho conhecimento de tal. Assim parece que está claro e o Senhor Presidente já o foi pelo menos comigo, com a bancada e com os Senhores Deputados, que realmente esta Associação em nada tem ajudado este concelho, e parece que é claro e que ninguém tem dúvidas. Agora é lógico que as pessoas têm todo o pleno direito de discordar."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Vou passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Apenas dizer à Senhora Deputada Mónica Marques que quando pediu a fundamentação acho que fui claro, portanto se não temos financiamento aqui não apenas para o município, mas por aquilo que eu prevejo nem para os restantes que fazem parte da Associação, não estou a ver como é que esta vai sobreviver. Mais, parece-me que há aqui uma ausência de conciliação de interesses dos vários municípios, porque efetivamente dá-me ideia que há ali uma dispersão de interesses mas que não são os interesses do município, e por isso volto a dizer que eu tenho é que salvaguardar os interesses do município de Figueira de Castelo Rodrigo, independentemente do tal trabalho em rede que eu comungo e que deve ser aprofundado, aliás eu sou um dos primeiros autarcas a defender o trabalho em rede e temo-lo feito com Pinhel e com a Mêda noutras iniciativas desportivas que vocês conhecem, mas não é disso que estamos a falar, mas eu sou um fervoroso adepto desse trabalho em rede mas quando ele traga proveito para o município, mas se ele não trazer vantagens para o nosso concelho não vale a pena fazermos parte. Por outro lado, também me parece que há ali de facto algumas debilidades a nível da capacidade de abranger em todos os territórios atividades e eventos que promovam o nosso território, pois eu volto a dizer, que não tivemos nestes últimos quatro anos qualquer evento que se destacasse e que se dissesse que de facto tinha promovido o território, as suas gentes ou os seus produtos endógenos. Destaquem-me um? Não houve e é disso que eu estou a falar, e portanto a fundamentação é clara, pois penso 30.000,00 euros (trinta mil euros) em quatro anos e ainda por cima é de um projeto que já vinha de outro executivo, não me parece que seja justificável a permanência nesta Associação, e portanto na minha perspetiva acho que a fundamentação está clara."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Presidente. Eu penso que sim que estamos esclarecidos cada um na sua posição, e teremos os esclarecimentos necessários para proceder à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com os votos contra dos Senhores Deputados Municipais, Mónica Isabel da Silva Marques, Paulo Jorge Ferreiro dos Santos, Maria da Conceição Laviados Aguilar, Luís Ricardo Beato Pereira, Francisco Costa Santa Comba, Anabela Saraiva Pinto Coelho, Bruno Miguel Aguilar Silva, Ana Isabel Reigado Domingos, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Nuno Miguel Marques Guerra, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Ferreira Garcia

Seixas, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim e de Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia."-----

-----**3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 40/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2018.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Tem a palavra o Senhor Presidente para apresentar as linhas gerais do Orçamento."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Aqui vamos fazer a análise de um documento importante para a vida do município e dos munícipes. Esta proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2018 que hoje vamos aqui apresentar procura espelhar aquelas que serão as atividades a desenvolver por este Órgão Executivo para o próximo quadriénio, focando-se essencialmente numa orientação de continuidade, bem como de reforço daquelas linhas estratégicas que foram delineadas no quadriénio anterior, em cujo foco principal eram efetivamente as pessoas, o seu bem-estar e a sua qualidade de vida. -----

-----Os Orçamentos anteriores como vocês sabem, centravam-se fundamentalmente no domínio social e portanto eram as políticas sociais que se sobrepunham relativamente às restantes, em que nós tínhamos um conjunto de projetos transversais e abrangentes que estavam sob a alçada de um só projeto ao qual foi designado "Estou no Radar", em que se implementaram um conjunto de medidas de índole social, que em muito contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes e do seu bem-estar. Falo concretamente do Seguro de Saúde Municipal, do Seguro Saúde de Estomatologia, do projeto Cegonha Móvil, da Academia Sénior, da Teleassistência, dos Roteiros Seniores, do Apoio ao Idoso, enfim entre outros.-----

-----Estes são dois documentos estruturantes, de incomensurável importância aqui para o concelho, mas que estão intimamente relacionados entre si, apesar daqui haver alguma natureza diferenciadora dos mesmos. Assim, o Orçamento define os valores das receitas e das despesas dentro dos limites legais e expectáveis, e as Grandes Opções do Plano, por sua vez, agregam e definem aquilo que são a aplicação de grande parte das despesas consideradas relevantes no cômputo global das despesas para o exercício económico em causa, e portanto dois documentos importantes.-----

-----Aqui também tivemos em consideração a evolução favorável da economia portuguesa que tem dado sinais de franca recuperação, tendo em conta alguns indicadores económicos, e falo por exemplo da previsão de crescimento de 2,2% para 2018, antevendo-se que as exportações de bens e serviços cresçam 5,4%, e portanto muito acima daquilo que são as importações que seriam de 5,2%. Aqui isto permito-nos o quê? Ser um pouco mais ambiciosos nesta elaboração do Orçamento. Também o facto do quadro comunitário "Portugal 2020" já se encontrar em plena operacionalização, disponibilizando o financiamento crucial e necessário para estimular o crescimento económico e a criação de emprego, contribuindo desta feita, para a dinamização da economia nacional, sendo expectável que tenha reflexos na economia do nosso concelho.-----

-----Assim, nós queremos efetivamente com este Orçamento reforçar aquilo que são as linhas de orientação estratégica definidas no quadriênio passado, sobretudo, no que concerne as estas políticas sociais, em que se implementaram todo aquele conjunto e diversidade de medidas direcionadas para a coesão e integração social e para o tal envelhecimento ativo, e, cujos resultados se revelaram na nossa perspectiva de manifesta importância na qualidade de vida e bem-estar dos respetivos municípios. -----

-----É também o nosso firme propósito combater o despovoamento, problemas de difícil resolução como sabemos e são transversais a todos os concelhos destes territórios de baixa densidade, mas que naturalmente temos que unir-nos no sentido de os combater e combater.-----

-----A aposta no turismo sustentável, através da implementação de políticas de apoio direto aos nossos produtores, aliás como vem sendo prática, em que nós queremos continuar a apostar na promoção e na divulgação dos nossos produtos endógenos de excelência, em certames, tanto nacionais como internacionais, nomeadamente no SISAB – Salão Internacional do Setor Alimentar, na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), além de outras Feiras Ibéricas, que se tem revelado fulcrais para a promoção e valorização dos nossos produtos e potenciação da sua comercialização e exportação. -----

-----Nesta senda, o executivo está imbuído do espírito em que a conjuntura económica e política também nos possibilita elaborar um orçamento equilibrado e justo, mas ao mesmo tempo ambicioso e que está alicerçado na melhoria da qualidade de vida e bem-estar desta comunidade, naturalmente querendo alavancar o tal dinamismo empresarial existente, e sobretudo, na procura incessante de novos e potenciais investidores, de novas oportunidades de investimento e, conseqüentemente, na criação de emprego e distribuição de riqueza no território. -----

-----Dizer-vos aqui que estes Documentos naturalmente assentam também nos princípios elementares da prudência, do rigor, da legalidade, da transparência e do equilíbrio, mas são documentos ambiciosos como já tive a oportunidade de dizer, prosseguindo uma estratégia de utilização racional e de gestão eficiente dos recursos, com garantias da sua execução e cumprimento das principais prioridades do Município para 2018, e passo a elencar quais são: -----

-----1. Eficiente gestão orçamental com o particular atenção ao controlo e monitorização dos níveis de endividamento; -----

-----2. Implementação da Contabilidade Analítica que vai permitir uma afetação e quantificação de custos aos diversos setores, permitindo assim, um maior controlo da despesa; -----

-----3. Implementação do sistema de Modernização Administrativa que é muito importante para a eficiência dos serviços;-----

-----4. Reforço das medidas de apoio ao empreendedorismo e iniciativa privada, com o propósito da criação de postos de trabalho e geração de riqueza; -----

-----5. Incremento de medidas de coesão e integração social numa lógica de apoio direto ao município;-----

-----6. Aposta em políticas de dinamização turística e patrimonial assentes numa lógica de cooperação em rede, cujos benefícios se reflitam nos agentes económicos locais;-----

-----7. Reforço das medidas de apoio aos nossos agricultores, e concretamente o tal projeto do "regadio" que é essencial.-----

-----Muito rapidamente e olhando cada um desses aspetos, ou seja, vou detalhar aqui um pouco cada um desses aspetos:-----

-----1 - A eficiência da gestão orçamental;-----

-----O Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem que continuar a apostar não só no controlo e na monitorização dos seus níveis de endividamento, aliás com esta descentralização de serviços que está previsto portanto obviamente que isto tanto ou mais se justifica, porque se não vêm os tais recursos financeiro necessários, será ainda mais difícil de implementar e garantir a eficiência dos serviços, mas também definir também com algum critério a assunção de novos compromissos, isto para que a gente consiga manter uma tesouraria saudável, prazos médios de pagamentos reduzidos e fundos disponíveis estáveis e positivos, cumprindo assim a Lei dos tais Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).-----

-----2 - A Implementação da Contabilidade Analítica;-----

-----Pretende-se implementar uma Contabilidade Analítica com o objetivo de se ter um controlo e planeamento rigoroso daquilo que é a gestão orçamental. A contabilidade analítica permite-nos fazer uma gestão muito mais eficiente e de planeamento, isto para executar aquelas tarefas que são efetivamente necessárias à implementação das necessidades dos nossos municípios.-----

-----3 - A implementação do sistema de Modernização Administrativa;-----

-----Se queremos ter serviços eficientes e eficazes para satisfazer a necessidade dos nossos municípios, bem como a questão da segurança dos nossos dados que é fundamental, e isto implica criar essas infraestruturas necessárias e de software apropriados para garantir a implementação deste sistema de modernização administrativa, tanto que estamos determinados rapidamente a aplicá-lo, e queremos ver se conseguimos em janeiro de 2018 ter já esse sistema de modernização administrativa implementado, porque isso implicará uma maior eficiência e fiabilidade na gestão de dados, bem como na respetiva segurança de ficheiros e base de dados.-----

-----4 - O reforço das medidas de apoio ao empreendedorismo e à iniciativa privada;-----

-----O órgão executivo vai continuar a apostar e a apoiar aquelas empresas já existentes no concelho, mas também obviamente que temos que tentar captar novos investimentos, isto com impacto direto na nossa economia local e que são essenciais para criação do tal emprego e da tal riqueza. -----

-----Para este efeito temos vários Regulamentos Municipais em vigor, os quais vamos manter, e estamos a falar do Regulamento de Compra e Venda de Terrenos no Loteamento Industrial de Figueira de Castelo Rodrigo, o Regulamento Municipal de incentivo à fixação de indústria na Zona Industrial, o Regulamento Municipal de Utilização da Incubadora de Oficinas e Industria, o Regulamento de Instalação do Ninho de Empresas, entre outros. Portanto há uma forte expectativa no que concerne à criação de novas empresas que criem efetivamente alguma riqueza.-----

-----5 - Incremento das medidas de coesão e de integração social;-----

-----Isto tem sido um dos nossos focos, ou seja, contribuir para o tal conjunto de políticas sociais que visam efetivamente garantir qualidade de vida e bem-estar aos nossos municípios, isto numa perspectiva de política de coesão e de integração social alicerçada em vários regulamentos e iniciativas, algumas delas já em vigor e falo concretamente:-----

-----Do Seguro de Saúde Municipal - Figueira Saudável, que naturalmente vamos dar continuidade; -----
-----Do Seguro Saúde de Estomatologia;-----
-----Do reforço e da Intensificação do programa da Teleassistência aos nossos idosos;-----
-----Do Programa de Apoio aos Idosos em termos de assistência ao domicílio; -----
-----Os Regulamentos de Emergência Social e agora falaria também de um Regulamento Municipal centrado e direcionado para os nossos jovens, que será elaborado e consolidado no ordenamento jurídico, por forma a gerar benefícios aos nossos jovens, eventualmente criando aqui até o Cartão de Jovem Municipal para o efeito.-----
-----Em 2018 o Município pretende implementar uma política de "fiscalidade zero", aliviando ao máximo a carga fiscal dos contribuintes residentes no Concelho, definindo-se aqui uma política de isenção ou aplicação das taxas mínimas dos Impostos diretos, no quadro de competências das Autarquias.-----
-----Também está previsto para o ano de 2018, à semelhança do que vem sendo prática em anos anteriores, a aplicação das tais medidas de benefícios fiscais: -----
-----Aplicação de uma taxa de IMI de 0,3% para prédios urbanos e 0,8% para prédios rústicos;-----
-----O Município abdicará, na íntegra, da participação variável em termos de IRS a favor dos munícipes;
-----A isenção da taxa sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, isto para volumes de negócios, que não ultrapassem os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), e portanto isto são de facto medidas concretas que provam essa tentativa de menor taxação às empresas. -----
-----6 - A aposta em políticas de dinamização turística e patrimonial;-----
-----Como sabem o Município venceu um prémio através do concurso das 7 Maravilhas - Aldeias de Portugal, em que Castelo Rodrigo ganhou na categoria de Aldeia Autêntica, e nós temos que fazer o aproveitamento e a valorização desse prémio e tirar proveito em termos de fluxo turístico, pois temos a consciência da inestimável e inigualável riqueza que existe neste concelho, quer em termos de património cultural, natural, edificado, religioso e gastronómico, e que naturalmente nos dá aqui algumas potencialidades e portanto nos possibilita iniciativas e eventos, que primem pela sua promoção e pela sua valorização.-----
-----Continuaremos a realizar a recriação histórica da Batalha "A Salgadela" e os "Encontros com a História" que decorrem efetivamente na Aldeia Autêntica que é Castelo Rodrigo, mas que queremos também tentar disseminar às restantes aldeias.-----
-----Como sabem também em termos culturais estamos a construir e está em curso a obra do Centro de Interpretação da Batalha da Salgadela, cuja obra está prevista terminar se tudo correr bem e conforme o previsto em finais de julho inícios de agosto do próximo ano, e isto também será importante para se criar aqui uma outra ligação de rede de oferta turística, juntamente com a requalificação do Centro de Interpretação Judaico de Figueira de Castelo Rodrigo e a requalificação da Torre de Almofala, criaremos aqui um leque de oferta turística que nos possibilita eventualmente aos nossos turistas permanecerem mais do que uma noite no território, e isto também acho que é importante, logo temos que criar um roteiro turístico/cultural/histórico que traga valor acrescentado aqui para o nosso território.-----

-----Também queremos fazer a construção da Praia Fluvial na Barragem de Santa Maria de Aguiar, obviamente voltada para a parte mais lúdica e de lazer, com a construção das infraestruturas necessárias para a respetiva promoção desta praia fluvial.-----

-----Naturalmente também tirar proveito da Plataforma de Ciência Aberta, portanto um projeto no domínio da ciência que aliado à Universidade de Leiden tem desenvolvido projetos interessantíssimos, alguns deles pioneiros até a nível nacional o que nos possibilita estar aqui na vanguarda da ciência, da tecnologia e da inovação ao serviço das comunidades locais e nós continuaremos a apostar, pois temos aqui uma rede de "massa crítica" e de cooperação internacional que permite criar a tal "massa crítica" com vista à apresentação de candidaturas aos fundos comunitários, diretamente a Bruxelas, e portanto assim desta feita tentar obter financiamento fora para os projetos que se pretendem implementar.-----

-----7 - Reforço das medidas de apoio aos agricultores; -----

-----Como sabem o concelho é predominantemente agrícola, e portanto nós temos que continuar a apostar no setor primário. As produções agrícolas autóctones, nomeadamente, de vinho, de azeite, de amêndoas e de mel, de excelente qualidade, devem ser promovidas nos diversos certamos e feiras, tanto nacionais como internacionais, aliás à semelhança do que temos vindo a fazer, e portanto também temos que apoiar as entidades no sentido de comercializarem efetivamente os seus produtos. --

-----Temos o Regulamento Municipal de Apoio ao Setor Agrícola e ao Empreendedorismo "Figueira + Verde" e o "Empreende + Figueira" que vigorará e que se manterá em funcionamento, como um instrumento de dinamização e de apoio à modernização do setor agrícola, estimulando-se aqui também as plantações e a modernização de equipamentos agrícolas. -----

-----A implementação do "regadio" é de facto um dos projetos estruturantes, pois como sabem o município submeteu uma candidatura ao PDR2020 e portanto aguarda aprovação do mesmo. Neste momento ainda está em análise e esperamos que a todo o momento seja aprovado.-----

-----Assim sendo, o Orçamento para 2018 prevê um total de despesas e de receitas que totalizem 13.942.918,00€ (treze milhões novecentos e quarenta e dois mil novecentos e dezoito euros), ou seja, há um acréscimo relativamente ao ano anterior de 1.007.744,00€ (um milhão e sete mil setecentos e quarenta e quatro euros), o que representa uma variação positiva de 7,9%.-----

-----O Valor Global do Orçamento totaliza 13.942.918,00€ (treze milhões novecentos e quarenta e dois mil novecentos e dezoito euros); -----

-----Em termos de Receitas Correntes totalizam 9.487.620 € (nove milhões quatrocentos e oitenta e sete mil seiscentos e vinte euros), correspondendo a 68,05% do total do orçamento;-----

-----As Receitas de Capital ascendem a 4.455.298 € (quatro milhões quatrocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e noventa e oito euros), ou seja 31,95% do total do orçamento.-----

-----Em termos de Despesa Corrente totaliza 8.979.450 € (oito milhões novecentos e setenta e nove euros quatrocentos e cinquenta euros), perfazendo 64,40% da despesa global; -----

-----Relativamente às Despesas de Capital, as mesmas atingem 4.963.468 € (quatro milhões novecentos e sessenta e três mil quatrocentos e sessenta e oito euros), ou seja 35,60% do total do Orçamento.-----

-----Quanto aos Indicadores Orçamentais:-----

-----A percentagem de Custos de Pessoal relativamente aos Custos Totais representa 19,57%;-----

-----A percentagem de Aquisição de Bens e Serviços relativamente aos Custos Totais representa 35,56%;

-----A percentagem de Encargos de estrutura, isto é, sobre os Custos Totais com os Custos de Pessoal + Aquisição de Bens e Serviços representam 55,13%.-----

-----Sinteticamente e relativamente às Grandes Opções do Plano:-----

-----Quanto ao Ensino temos um total de 517. 001 € (quinhentos e dezassete mil e um euros), o que representa 3,71% do total do Orçamento, e estamos a falar de Refeições dos Alunos Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, do Transporte de alunos em idade escolar, da Atribuição de verbas às Associações/IPSS, entre outros. -----

-----Em termos de Ação Social, temos 991.251 € (novecentos e noventa e um mil duzentos e cinquenta e um euros),ou seja, 7,11% do total do Orçamento;-----

-----O Cartão de Saúde Figueira Saudável;-----

-----O Programa de incentivo à natalidade;-----

-----O Programa "Estou no Radar".-----

-----Em termos Culturais, temos 1 602 004 € (um milhão seiscentos e dois mil e quatro euros), o que representa 11,49% do total do Orçamento, e tem a ver com:-----

-----A Construção do Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo;-----

-----A Requalificação da Torre de Almofala; -----

-----Os vários Eventos que se vão realizando como as Amendoeiras em Flor, a Recriação Histórica "Salgadela a Batalha", a Figueira com Vida;-----

-----O Protocolo com a CARB, entre outros.-----

-----Depois o Desporto, Recreio e Lazer representa 531.502 € (quinhentos e trinta e um mil quinhentos e dois euros, ou seja, 3,81% do total do Orçamento, e isto para: -----

-----A Requalificação do Espaço envolvente à Barragem de Santa Maria de Aguiar para a instalação da Praia Fluvial; -----

-----Os vários Eventos Desportivos e os Roteiros Séniores. -----

-----Dizer-vos também que em termos de Atividades de Indústria e de Energia temos um valor de 461.503 € (quatrocentos e sessenta e um mil quinhentos e três euros), o que representa 3,31% do total do Orçamento, e estamos a falar da componente da Iluminação Pública e da Ampliação da rede de distribuição de energia em diversas freguesias do concelho.-----

-----Nos Transportes e Mobilidade, temos 1. 235. 571 € (um milhão duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e setenta e um euros), ou seja, 8,86% do total do Orçamento, e isto tem a ver com:-----

-----A construção da Rua Dr. Artur Seixas;-----

-----Da Mobilidade Urbana Sustentável – Ligação Figueira de Castelo Rodrigo - Convento de Santa Maria de Aguiar - Castelo Rodrigo;-----

-----Ecoparque para a Mobilidade Urbana Sustentável de Castelo Rodrigo, entre outros;-----

-----Para o Turismo, temos o valor de 169.502 € (cento e sessenta e nove mil quinhentos e dois euros), ou seja, 1,22% do total do Orçamento para:-----

-----A Remodelação da Escola de Mata Lobos;-----

-----O Monumento das 7 Maravilhas de Portugal;-----

-----A Participação em Feiras, entre outros.-----

-----Face ao exposto, podemos evidenciar que este é um Orçamento ambicioso e que assenta em três pilares essenciais: um Concelho bom para viver, um Concelho bom para investir e um Concelho bom para visitar.-----

-----Não obstante o facto de ser um Orçamento ambicioso, dizer-vos também que consideramos que é um Orçamento exequível, ou seja, que se consegue efetivamente realizar os projetos que estão lá vertidos, com todo o rigor naturalmente que isso nos exige em termos de gestão orçamental, mas que na nossa perspetiva se revelará próspero para o concelho e para os municípios."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Muito obrigado, Senhor Presidente. Estão abertas as inscrições para se falar do Orçamento. Vou dar a palavra à Senhora Deputada Mónica Marques."-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** " Relativamente ao Orçamento, ele tem de facto um cariz muito social, pois vão dar importância a essa área, e isso é de facto muito importante e concordamos com tal. É um Orçamento ambicioso e esperemos que seja exequível. A área social está bem vincada no Orçamento, mas acho que ele descarta realmente a área económica, o investimento local e a iniciativa privada, e isso não é bom, porque nós sabemos que dos orçamentos anteriores o que resulta é uma elevada taxa de desemprego, é o encerramento e quase eliminação do comércio local, o abandono e a saída das pessoas do concelho. Nós devemos preocuparmo-nos sim com a área social, com a saúde e com o bem-estar das populações, mas também temos que nos preocupar com o repovoamento, e não vamos conseguir isso se não houver postos de trabalho e de facto o Município não pode ser o grande empregador, pois temos que ter aqui empresas, temos que ter aqui fábricas e temos que ter aqui investimento, e isso não tem existido e esperemos que exista, porque senão as Cartas de Foral de século XXI acho que não vão acontecer e isso é mais do que óbvio. Os Deputados do Partido Social Democrata nesta Assembleia Municipal não vão votar contra o Orçamento mas vão abster-se, pois não vamos inviabilizar nenhum tipo de ação nem as Grandes Opções do Plano, e fazemos votos para que sejam ultrapassados os resultados dos Orçamentos anteriores que decididamente não foram no sentido do crescimento local. Portanto não esquecer a iniciativa privada que é muito importante, bem como o bem-estar dos nossos municípios mas isso não chega, porque é uma população envelhecida e um dia não temos municípios aqui neste concelho, pois temos que pensar mais nos jovens, temos que pensar em atrair pessoas para cá, temos que pensar em tratar dos nossos idosos, mas também tratar das pessoas que querem cá ficar. A parte fiscal é uma boa iniciativa e concordamos com isso, também já na senda de Orçamentos anteriores, mas realmente preocupa-me e a nós todos a questão do repovoamento, e sem investimento privado e sem economia local isso não pode existir e vai ser muito difícil. Por isso é que é um Orçamento ambicioso e esperemos que seja exequível, não nos vamos preocupar demais com a parte social, pois já começa a ser um bocado exagero."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhora Deputada. Mais intervenções? Tem a palavra o Senhor Paulo Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia."-----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** " Como cada um se deve queixar daquilo que lhe doi, e é óbvio que é aqui o sítio certo como diz o nosso Presidente, aquele que é a parte política que é para a gente falar sobre isto. Eu realmente vi o Orçamento, mas não vi lá a Freguesia que eu presido mencionada, e queria aproveitar esta ocasião para procurar ao Senhor Presidente da Câmara, porque temos um Centro de Convívio na Quintã de Pero Martins onde já investimos cerca de 30.000,00 euros (trinta mil euros) com o apoio do município, e para quando a conclusão dos trabalhos? Também queria procurar a questão das ruas de Penha de Águia e do seu alcatroamento, que inclusivamente esteve lá durante três ou quatro semanas um cilindro não sei o que é que lá andou a fazer, mas que esteve lá esteve, e portanto queria procurar para quando o seu alcatroamento, e essencialmente, e aqui penso que seja mais urgente, a questão do alcatroamento da estrada da Escola da Freixeda do Torrão à estrada da Penha de Águia, inclusivamente aqui alguns Deputados Municipais passam lá, nomeadamente o Senhor José Mano que passa lá muitas vezes atrás dos javalis e dos coelhos, e ele pode realmente dizer da necessidade desta estrada que está em muito mau estado, e neste momento é uma estrada que tem muita passagem de carros. Gostava que o Senhor Presidente falasse sobre isto porque acho que também devemos ser contemplados."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Almeida. Faça o favor de intervir."-----

----- **Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal:** " Eu tenho defendido desde há bastante tempo que o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo é predominantemente agrícola, e enfim isso parece que é aceite por todos e hoje em dia ninguém põe isso em dúvida, e fico agradavelmente surpreendido pelo facto de finalmente, parece que pode ir para a frente uma obra que é em termos agrícolas extremamente ambiciosa, isto para contrariar um pouco o que a Senhora Deputada Mónica Marques estava a dizer, pois nós somos um concelho predominantemente agrícola e quando alguém pensa fazer um Plano de Irrigação para o concelho, e o verão deste ano encarregou-se de nos demonstrar as necessidades que temos em água e a absoluta dependência que a agricultura têm em relação à água e portanto fico extremamente satisfeito. Gostava também que o Senhor Presidente da Câmara me informasse, a partir de que Barragem é que estão a pensar fazer o Plano de Irrigação e qual é o perímetro de regra que está previsto?"-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Faça o favor de intervir Senhor Deputado José Mano. Tem a palavra."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Realmente esta câmara municipal já nos habituou a Orçamentos ambiciosos, e eu já cheguei a dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que se executasse metade daquilo que estava a dizer eu ficaria contentíssimo consigo, mas afinal ele tem superado as expectativas, e tal como eu disse no início do outro mandato, o qual deve estar escrito

«que estava plenamente convencido que esta câmara municipal não vai envergonhar o partido a nível de obras e de outras coisas mais neste concelho», e portanto a regra tem seguido, e é mais um Orçamento ambicioso e até mesmo a oposição o reconhece, mas também lhe digo Senhor Presidente, mesmo que não execute tudo quanto disse e se executar só algumas partes daquilo que disse, eu fico muito contente e o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo também não tenha dúvidas. Por exemplo a Praia Fluvial, eu e toda a gente de certeza do concelho gostava que visse arrancar esta obra. E sabe porquê? Porque era eu ainda talvez jovem quando tomava banho ali quando íamos para Escalhão, e já nos falavam na Praia Fluvial neste concelho, e portanto ficava sinceramente muito satisfeito. Quanto ao Regadio e a todos os apoios, eu disse e continuo a dizer assim, que se há alguma câmara que apoia tudo é a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, pois perguntem a outras Associações e a outras Juntas de Freguesia de outros concelhos os apoios que tem tido, porque este Município até hoje tem apoiado tudo e mais alguma coisa, e eu até pergunto às vezes o que é que não apoiamos, e nesse aspeto fico muito contente por não haver discriminação, isto só para responder ao Senhor Paulo Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, pois esta câmara municipal já provou a toda a gente que não discrimina ninguém, e ele próprio tem conhecimento disso, e o Senhor Presidente já prometeu que vai alcatroar a estrada da Escola da Freixeda do Torrão à estrada da Penha de Águia. Nos apoios à agricultura, eu penso que este Município tem apoiado a agricultura e vai continuar a apoiar, e o regadio se o conseguirmos construir vai ser a obra do século neste concelho. Portanto muito sinceramente faço votos e fico contente, e sou da opinião que é um Orçamento muito ambicioso mesmo, e volto a dizer que mesmo que não seja executado a 100% fico contente desde que faça algumas obras."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Obrigado, Senhor Deputado. Eu iria fazer a minha intervenção em relação ao Orçamento como Deputado e por isso vou falar do palanque. É evidente que não vos vou maçar muito com o Orçamento, aliás reconheceram que o debate dos Territórios do Coa foi mais animado do que é o do Orçamento, aliás faz parte dos tempos que vivemos mesmo a nível da política nacional, e eu espero que a política local não vá colher vícios da política nacional porque esta anda perdida com o temas acessórios, pois agora já ninguém liga à economia e finanças e andamos distraídos com outros temas acessórios, mas o nosso tema importante de hoje é o Orçamento para 2018 que estamos aqui a discutir. A primeira nota que eu queria dizer sobre este Orçamento e vejam que é o primeiro deste mandato, é que é um Orçamento que começa já a cumprir o programa eleitoral, e isto é importante de sublinhar, porque nós dizemos muitas vezes que a credibilidade na política pode estar na ausência de virtudes e princípios dos representantes, mas muitas vezes está no saber escasso, está nas pobreza de iniciativa, está na falta de coragem e na falta de visão de futuro. Estes Orçamento têm isto, têm visão de futuro, é um Orçamento inovador, tem projetos arrojados, aliás na linha do que fomos fazendo no anterior mandato, pois se vocês se lembrarem no anterior mandato nós aumentámos a credibilidade da política, porque este é um Orçamento que posso dizer que é um Orçamento da credibilidade da política local:-----

-----Primeiro cumprindo desde já o programa eleitoral;-----

-----Segundo demonstrando que é possível ter projetos inovadores, e esses projetos inovadores fizeram com que o nosso território tivesse saúde, tivesse envelhecimento ativo, tivesse ciência e tivesse valorização dos recursos, pois ao contrário daquilo que a Senhora Deputada Mónica Marques diz, nós os autarcas só podemos estar contentes e eu fico contente e muito feliz quando resolvemos os problemas. Porque dá felicidade ouvir uma empresária dizer que antigamente ninguém telefonava para o seu restaurante e não encomendavam nada, e agora telefonavam e até pediam se tinham Borrego da Marofa, o que quer dizer que valorizámos os produtos e isto dimensionou o território e valorizou e deu dinheiro aos agentes locais. Ou então ouvir um Senhor de qualquer uma das nossas aldeias ou uma Senhora dizer assim: «que bom vou andar na “Cegonha Móvel!”», resolvemos o problema a centenas de pessoas, que felicidade isso dá. Bem como à Senhora que está isolada, ou que felicidade isso dá às pessoas que andam na “Academia Sénior” dizer «que bem eu que estava sozinha em casa e agora tenho contactos, estou relacionada, aprendo, tenho conhecimento», e o orgulho que dá dizermos assim, nós contribuirmos para isto, nós contribuimos para as pessoas serem felizes, pois um autarca tem que dar felicidade às pessoas e os territórios tem que ser de pessoas felizes. A saúde e o bem-estar são elementos fundamentais numa política de desenvolvimento, e Figueira de Castelo Rodrigo tem políticas de desenvolvimento, porque a saúde e o bem-estar onde não há, são territórios de terceiro mundo, e nós temos que assegurar saúde e bem-estar e foi isso que fizemos neste mandato. Este Orçamento reforça a credibilidade daquilo que é o bem-estar e a saúde dos figueirenses, e vamos continuar a apostar e bem, e as pessoas vão-nos agradecer porque estamos a dar felicidade às pessoas, quando os animadores das aldeias forem para as aldeias, quando o Centro de Fisioterapia Geriátrica estiver instalado. A qualidade que estamos a dar às pessoas, aos nossos idosos, é fundamental, porque 60% da nossa população são idosos e nós temos que trabalhar para eles. Parece que neste Orçamento a única diferença que nos separa a nós e à oposição é a economia. Mas não leram o Orçamento, porque se o lessem veriam que o investimento que se vai fazer são mais de 4.000.000,00 euros (quatro milhões de euros), pois nós vamos investir nas várias obras que vão assegurar felicidade às pessoas, e que vão gerar emprego e dinâmicas económicas, e oxalá que as nossas empresas ganhem os concursos que tiverem que ser lançados. Mas diz-me assim a Senhora Deputada Mónica Marques, pois e o povoamento? É pena não haver um manual de como se faz o povoamento, sendo certo que o que sabemos até hoje, é que aquilo que se tentou fazer para combater a desertificação e o povoamento não deu resultados. Os velhos instrumentos que foram usados para combater o despovoamento não resultaram e portanto nós temos que inventar novas soluções, e é isso que estamos a fazer, porque o ciclo do povoamento é um ciclo que tem fases, tem momentos e é preciso fazer as coisas bem: ter saúde, ter bem-estar, ter o território qualificado com espaços qualificados. A seguir vamos fazer o resto, porque temos que encontrar a melhor forma de promover o território, e é isso que vamos fazer encontrar a melhor forma de promover o território, porque aquilo que fizemos até agora está bem feito e vamos continuar a fazer para termos um território com muita qualidade, com qualidade de vida, qualidade dos seus recursos, um território que pode ser

atrativo. Mas não confundamos as coisas, pois uma coisa é o Município ser dinamizador da economia e isto deve sê-lo e deve fazê-lo e tem-lo feito, pois ser dinamizador da economia é estar com os nossos empresários, é estarmos em feiras de dimensão internacional, e outra coisa é pedir aos Municípios serem agentes da economia local. Como sabe a Senhora Deputada Mónica Marques, a Constituição da República Portuguesa permite que os Municípios sejam agentes da economia local, mas para isso temos que ter instrumentos, e não é o Município que os cria é o Governo Central, pois nós tínhamos as empresas municipais como agentes da economia mas a célebre Lei mandou-nos fechá-la, temos que arranjar outros instrumentos e estamos a lutar por isso, pois o Município está a influenciar a decisão para termos instrumentos de economia local, que podem ser Régis Cooperativas, com outro estatuto e outra legislação que se adapte aos nossos territórios. Por isso e sem vos maçar mais, podiam votar a favor que não ficavam mal com a vossa consciência, mas se quiserem abster façam o favor de se abster, sendo certo que os figueirenses como dizia o Senhor Deputado José Mano, vão reconhecer neste Orçamento um Orçamento de grande credibilidade na política, e isso dá-nos orgulho, faz-nos sentir bem e faz-nos sentir que trabalhamos para que os nossos munícipes sejam felizes. Este é um Orçamento que vai dar felicidade aos figueirenses. Obrigado. Mais intervenções? Vou passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Gostaria de recordar que a sala de provas de vinhos que criámos na Adega Cooperativa é um feliz exemplo da tal economia, mas podem-me dizer, isso perfeito com a ajuda do Município, e bem e é bem que seja feito, aliás veja-se o retorno e a visibilidade que criámos para a Adega Cooperativa pelo facto de termos criado esta sala de provas de vinhos. O facto de termos levado os nossos produtores por exemplo para as exposições, para a SISAB - Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas concretamente, a maior parte deles só conseguiu pôr os seus produtos lá fora porque tivemos esta iniciativa, que foi pioneira e nunca tinha sido feito antes, e portanto quando diz que não temos feito nada pela economia ou andam distraídos ou então estão alheados do que é a realidade local, porque parece-me a mim que mesmo em termos de promoção do território, o facto de termos feito a Recriação Histórica bem como o facto de termos ganho aquele prémio, criou aqui uma notoriedade muito acima daquilo que seria expectável, pois acreditem que por onde eu passo as pessoas hoje, e tivemos a prova disso em Viana do Castelo, em que as pessoas reconhecem que conseguimos meter Figueira de Castelo Rodrigo no mapa, uma vez que tem outra visibilidade que não tinha pois o nosso concelho estava esquecido, e de facto conseguimos aqui trazer outros ditames, outra promoção e outro dinamismo à economia local, como o Borrego da Marofa os Encontros com a História, tudo isso é economia local, porque os nossos restaurantes, os nossos alojamentos locais, os nossos produtores de gado que também estão a vender para o Borrego da Marofa e para os restaurantes, e portanto estamos a criar dinamismo na nossa economia local, e tudo isto é todo um conjunto de fatores que contribuem para a dinamização e promoção do território, e eu penso que nisso temos conseguido de facto contribuir para uma dinâmica nova em termos de promoção, desenvolvimento local, dinamismo económico, mesmo para efetivamente atrair novas empresas para o território. Relativamente à questão do Senhor Paulo Batista, Presidente da Junta de

Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, por causa do alcatroamento anda também um pouco distraído, porque como sabe já foi lançado o concurso para o alcatroamento da rua da Penha de Águia, ele só ainda não foi feito porque entretanto houve outras obras que foram iniciadas, mas o alcatroamento das ruas da Penha de Águia está já o concurso lançado só ainda falta fazer a adjudicação, de resto e isso foi uma das nossas bandeiras, de que iríamos fazer isso nas ruas da Penha de Águia e vamos fazê-lo efetivamente. Quanto à outra estrada do alcatroamento, pois bem é necessária mas tudo a seu tempo será feito. Relativamente à questão do Regadio, a barragem que está inserida naquele projeto é a Barragem de Santa Maria de Aguiar, e o perímetro de rega será para abranger Reigada, Cinco Vilas, Vilar Torpim, Figueira de Castelo Rodrigo, uma parte de Castelo Rodrigo e ainda uma pequena parte salvo erro da Mata de Lobos."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Presidente. Mais intervenções? Faça o favor de intervir Senhor Deputado José Mano. Tem a palavra."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Também não me admira a Senhora Deputada Mónica Marques é nova na terra, e portanto aquilo que ela diz é aquilo que lhe transmitem, e é provável, porque como eu costumo dizer que as coisas quando são repetidas muitas vezes as pessoas às até começam a acreditar que é verdade, pois a Senhora Deputada fala no repovoamento que é uma treta como eu costumo dizer e estamos fartos de ouvir falar disso, e o comércio, mas quando me veem falar disso e que fechou tudo em Figueira de Castelo Rodrigo, e eu pergunto para me dizerem o que é que foi que durante quatro anos fechou nesta terra e chegam à conclusão que não fechou nada, aliás abriram mais do que às que fecharam lhe garanto eu, e a Senhora Deputada até estava no cartório e pode lá ir verificar isso, pois houve mais abertura de firmas, de comércio e daquilo que queira do que houve encerramentos, isso tenho eu a certeza absoluta senão prove-me o contrário, e isto é só para eu terminar."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Tem a palavra o Senhor Paulo Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia."-----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** " Era só para explicar que isto já aconteceu algumas vezes, e dizer ao Senhor Presidente que eu não ando distraído, o que eu acho que era importante que cada vez que se fizesse uma obra numa freguesia, mesmo sendo a câmara municipal a realizá-la e a fazer todos parâmetros que se devia dar conhecimento ao Presidente da Junta, isto não é nada de mais é só pedir para a gente ter conhecimento, porque eu soube por portas travessas que realmente já estava feito o concurso, e eu gostaria de o saber pelo próprio executivo ou pelo Senhor Presidente da Câmara. Era só isto que eu queria dizer. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Deputado. Eu penso que a proposta faz parte da cooperação, porque não nos podemos esquecer que as Freguesias são autarquias, às vezes esquecemo-nos nestes territórios e parece que as Freguesias estão dependentes da câmara municipal e não é verdade, são autarquias com autonomia e tem a mesma

autonomia que tem o município em termos de princípios de autonomia, mas estas são pequenas, pois por exemplo cada freguesia da cidade de Lisboa tem um Orçamento de 9.000.000,00 euros (nove milhões de euros) isto só para vermos a diferença, mas pronto é a dimensão que temos. Agora faz parte da cooperação, e penso que ninguém está a negar a cooperação e com certeza avisar cada vez que houver uma obra parece-me de justa colaboração e sempre colaboração entre autarquias, tal como a autarquia tem boa relação com o poder central ou com qualquer outro município, penso que também não está posta em causa, aliás nunca esteve, pode é haver um problema de comunicação. Mais intervenções? Vou dar a palavra à Senhora Deputada Mónica Marques."-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** " Eu gostei muito das palavras do Senhor Presidente da Assembleia que falou muito bem como sempre, e também gosto de ver as pessoas felizes e os figueirenses felizes que eu gosto muito desta terra embora não seja de cá esta terra diz-me muito. Eu também sou de muito longe mas também me sinto uma figueirense, desculpem lá eu já disse isto muitas vezes, e só não fiquei cá por ironia do destino, e portanto gosto de ver os figueirenses felizes. Neste momento quer eu quer o Senhor Presidente da Assembleia Municipal estamos fora e vamos recebendo informações da nossa terra entre aspas, e o que eu ouço é triste e as pessoas não estão assim tão felizes, porque as pessoas não gostam de andar nas ruas e de ver as ruas desertas sem ninguém. Há eventos e acho muito bem que os haja só que não está lá ninguém, e os jovens vão-se embora e não regressam porque não tem trabalho, e essa é uma questão estrutural que não vale a pena estarmos a discutir e que já ultrapassa muito o Orçamento que é a questão do repovoamento, e também realmente não há manual e é uma treta. Portanto temos que criar as ferramentas e acho que sim que devem ser criadas, mas devemos pensar mais também na iniciativa privada e foi isso que eu quis dizer, não é abandonar os nossos idosos, não é tirar-lhes qualidade de vida ou não lhes dar a qualidade de vida, pois a saúde é o que está em primeiro lugar sem dúvida nenhuma e preparar a casa é muito importante para depois podermos ir mais além, mas a questão é mesmo fazer com que as pessoas produzam alguma coisa e não lhes dar as ferramentas todas para a mão, não lhes dar tudo e fazer com que elas produzam, porque se elas viverem de subsídios e de ajudas elas não fazem nada, e é isso que falta se calhar ali no Orçamento são medidas de apoio à iniciativa privada mais concretas, e eu já vi também algumas ali, mas é isso que vai trazer postos de trabalho verdadeiramente, pois como eu já disse o Município não pode ser o grande empregador do concelho e todos sabemos disso porque isso vai causar um grande despesismo, e não tenho realmente nada contra à parte de cariz social e relacionada com a saúde, acho muito bem, mas devemos pensar também noutras áreas e devemos dar as ferramentas às pessoas para elas trabalharem sozinhas e não fazer tudo por elas. Era só isto que eu queria acrescentar, de resto mais nada."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhora Deputada. Ficamos à espera das suas propostas e eventualmente até podemos marcar uma assembleia extraordinária, e agradecemos imenso que fizesse o primeiro capítulo do manual e eu depois faço o segundo. Mais intervenções? Não havendo mais nenhuma intervenção vamos votar a proposta, na qual vamos votar primeiro o Orçamento e depois as Grandes Opções do Plano para o ano de 2018.

Colocada à votação o Orçamento para 2018 a proposta foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Senhores Deputados Municipais, Mónica Isabel da Silva Marques, Paulo Jorge Ferreira dos Santos, Maria da Conceição Laviados Aguilár, Francisco Costa Santa Comba, Anabela Saraiva Pinto Coelho, Bruno Miguel Aguilár Silva, Ana Isabel Reigado Domingos, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Nuno Miguel Marques Guerra, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim e de Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia. Colocada à votação as Grandes Opções do Plano a proposta foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Senhores Deputados Municipais, Mónica Isabel da Silva Marques, Paulo Jorge Ferreira dos Santos, Maria da Conceição Laviados Aguilár, Francisco Costa Santa Comba, Anabela Saraiva Pinto Coelho, Bruno Miguel Aguilár Silva, Ana Isabel Reigado Domingos, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Nuno Miguel Marques Guerra, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim e de Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia."-----

-----**3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 41/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Mapa de Pessoal do Município de Figueira de Castelo Rodrigo para o exercício de 2018.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Tem a palavra o Senhor Presidente para apresentar a proposta."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " O mapa de pessoal também naturalmente que faz parte do Orçamento, porque aquilo que está previsto no Mapa de Pessoal tem que estar de acordo com aquilo que está contemplado em termos de custos com pessoal no Orçamento. Aqui pode dar ideia de que estamos efetivamente a contratar muitas pessoas, só que vou lembrar que temos aqui alguns concursos em andamento, nomeadamente para Assistentes Técnicos dez, para Assistentes Operacionais catorze, para Técnicos Superiores três, e temos a possibilidade de termos a situação dos Precários resolvida através de um Decreto do Governo que vai sair brevemente, e que permitirá a resolução dos Trabalhadores com Vínculo Precário, e portanto nós tínhamos que os ter contemplado efetivamente aqui no mapa de pessoal. Obviamente que também há aqui algumas situações que teríamos que contemplar, porque há áreas que estão carentes no Município como por exemplo estamos a falar do Veterinário, da Licenciatura em Arqueologia, Sociologia, Engenharia Eletrotécnica, enfim, são áreas que o Município não dispõe e que obviamente achamos pertinente resolver com a maior brevidade possível. Isto contempla a possibilidade porque isto é uma previsão, pois nada indica que sejam estes os números de postos a criar, mas é uma previsão do executivo do Município para o próximo ano."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer intervir? Vou passar a palavra à Senhora Deputada Mónica Marques.”-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** “ Era só para dizer que realmente verifica-se aqui um aumento muito significativo do quadro de pessoal do Município, pois isto aqui são muito mais lugares no Mapa de Pessoal. Então vamos ter mais sessenta e seis postos de trabalho, é Senhor Presidente?”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Estão a decorrer alguns concursos que já vem deste ano e que tem que estar previsto no Mapa de Pessoal do próximo ano, pois tal como eu acabei de referenciar só para Assistentes Técnicos são dez, para Assistentes Operacionais são catorze, para Técnicos Superiores são mais três, e portanto todos estes postos de trabalho já estavam no mapa anterior e que naturalmente tem que se dar andamento e que contemplar.”-----

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** “ Muito bem. Então vamos ter duzentas e quatro pessoas, que são os cento e trinta e oito lugares já existentes e os sessenta e seis novos, não é? Isto é o maior aumento de sempre per capita de número de funcionários municipais.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ E depois? Qual é o problema?”---

----- **Mónica Isabel da Costa Marques, Deputada Municipal:** “ O problema é orçamental, é as despesas que isso trás, não é. E serão necessárias? E depois é assim, há uma coisa muito engraçada que é, Licenciatura em Bioquímica, vai fazer o quê essa pessoa? Gostava de saber o que é que vai fazer uma Licenciada em Bioquímica, pois se calhar faria mais sentido um Engenheiro Agrónomo, não sei, ou uma Licenciada em Direito, talvez, ou então alguém Licenciado em História a acrescentar ao já existente. Sinceramente acho que há um grande aumento, que pelas minhas contas será um aumento de 48% de funcionários municipais, e isto não são boas notícias e é preciso ter muito cuidado com esta situação. Era só isto que eu queria dizer.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Obrigado, Senhora Deputada. Mais intervenções? Senhor Presidente tem a palavra.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Mais uma vez parece que a Senhora Deputada Mónica Marques anda distraída, pois como sabe temos uma Plataforma de Ciência Aberta a funcionar em Barca de Alva, e essa Plataforma precisa de pessoas com qualificações elevadíssimas para poder desempenhar funções, e agora pergunto porque é que não há de ser em Neurociência, porque é que não há de ser Biologia, em Matemática e noutras áreas? Aliás para seu conhecimento vou-lhe dar nota do seguinte, a Maria Vicente que faz parte da Plataforma de Ciência Aberta que está neste momento em Barca de Alva é Licenciada em Engenharia Bioquímica, e além disso é Doutorada em Neurociências, e portanto o desempenho que eles fazem é de facto exemplar, tanto que a própria Secretária de Estado das Ciências e do Ensino Superior, tem efetivamente prestado uma grande atenção à Plataforma de Ciência Aberta fruto do trabalho que está lá a ser desenvolvido. Admito que se calhar não tem a visibilidade desejada esta Plataforma da Ciência Aberta, mas vai ter porque esta Plataforma é um projeto estruturante para o concelho, e estou convicto que ele em poucos anos vai dar muito que falar. Já agora e só para terem uma ideia, sabe quantas pessoas visitaram a

Plataforma em quatro meses ou em cinco meses? Tem ideia? Mais de mil e quinhentas pessoas registadas, fora aquelas que lá vão e nem tem a oportunidade de contemplar e de falar. Tem ideia do que é que isso representa para o concelho? Estamos a falar de estudantes, de visitantes, de turistas, de um público vasto. Mas tem ideia do que isso representa para o concelho? Portanto é preciso algum cuidado nas apreciações que fazemos das várias valências que o município vai desenvolvendo, e esta é uma delas, pois eu estou convencido que a Plataforma de Ciência Aberta, mas isto é a minha convicção pessoal, que vai ser um projeto estruturante para o concelho, pois ele está a fazer o seu percurso há cerca de nove, dez meses, uma vez que começaram a trabalhar em fevereiro, março deste ano, mas oficialmente e com abertura oficial da Plataforma estão desde 7 de julho, e neste pequeno espaço de tempo tivemos mil e quinhentos visitantes, e por isso vejam o impacto que isso vai trazer para a economia, e nós estamos a fazer outros projetos que vão ser dados a conhecer e que naturalmente serão objeto de apreciação e de discussão pública, e que terão oportunidade de ver o impacto que isso tem não só na economia local, mas também em termos educacionais e culturais. Portanto, essa apreciação da Engenharia Bioquímica não pode ser feita dessa forma, pois há pessoas que têm qualificações muito específicas."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Eu penso que a oposição tem que se entender, porque não pode andar um ano a dizer que se vão despedir pessoas e outro ano a criticar porque se vão meter pessoas. Agora aquilo que a Senhora Deputada analisou mas não analisou bem, porque o Orçamento já prevê e representa 20% e por isso estamos muito longe dos níveis críticos, isto já incorporando todas estas pessoas no município representam 20% do esforço financeiro total, e portanto estamos longe da fase crítica. Depois é preciso ver que estamos a falar de Técnicos, pois este município em termos recursos humanos não tinha Técnicos Superiores, o que valoriza a atividade e os serviços prestados aos munícipes, pois estamos a falar de outro patamar de prestação de serviços ao munícipe, e isto tem de ser analisado de uma forma abrangente, isto porque ninguém está a fazer com certeza que a câmara municipal queira aqui suicídios políticos, absorvendo o orçamento tudo o que é de recursos humanos, não é verdade, estamos longe disso e a Senhora Deputada pode ficar descansada. Agora vocês é que tem que se entender, pois não podem andar um mês a dizer que despedimos porque a Lei do PSD nos obrigou a despedir, e depois no mês seguinte estão-nos a criticar porque estamos a admitir pessoas ainda por cima qualificadas, não pode tem que se entender, porque assim os munícipes não entendem a vossa posição. Mais intervenções? Senhor Deputado Paulo Santos tem a palavra."-----

----- **Paulo Jorge Ferreira dos Santos, Deputado Municipal:** " Compreendo perfeitamente aquilo que diz o Senhor Presidente da Assembleia, mas nós não podemos analisar factos que desconhecemos. A Ciência Aberta sabemos que está aí e que está a trabalhar, mas na opinião pública e a nós munícipes chega muito pouca informação, e não temos consciência do que é a realidade e daquilo que se está a passar. Logicamente não sabendo o que lá se faz e a sua qualidade, segundo assegura o Senhor Presidente, não podemos ter ideia de que tipo de Técnicos são necessários naquele espaço, e por isso não é de estranhar que analisando à luz do que é o trabalho do Município de Figueira de Castelo

Rodrigo e de todos os outros municípios, ver aqui plasmado uma Engenheira Bioquímica nos cause surpresa obviamente. Agora que está explicado aquilo que a Plataforma da Ciência Aberta vem desenvolvendo e vai querer continuar a desenvolver, as coisas já mudam, já sai o nevoeiro e percebemos e estamos clarificados, e é esse o objetivo desta assembleia municipal e das questões que colocamos."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Vai-me desculpar mas qualquer um de nós Deputados pode fazer requerimentos ao município para saber as coisas, e quando houver aqui assembleias municipais pode trazer as suas propostas, os seus requerimentos, as suas moções, pois todos nós temos que estar informados, é um dever, aliás nós quando fomos eleitos temos o dever também e de desde logo estarmos informados para depois prestarmos um bom serviço e cumprirmos bem o mandato. Portanto nessa matéria qualquer um de nós faz requerimentos à câmara municipal através do Presidente da Assembleia e ficará a par de tudo aquilo que se faça."-----

----- **Paulo Jorge Ferreira dos Santos, Deputado Municipal:** " Agradeço a lição do Senhor Presidente da Assembleia, mas eu também sou munícipe."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Pois é Senhor Deputado Municipal, desculpe lá mas todos nós somos, e somos Deputados Municipais e temos deveres cívicos. Mais intervenções sobre este ponto? Não havendo mais nenhuma intervenção vamos pôr a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Senhores Deputados Municipais, Mónica Isabel da Silva Marques, Paulo Jorge Ferreira dos Santos, Maria da Conceição Laviados Aguiar, Francisco Costa Santa Comba, Anabela Saraiva Pinto Coelho, Bruno Miguel Aguiar Silva, Ana Isabel Reigado Domingos, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo, Nuno Miguel Marques Guerra, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada, Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Colmeal e Vilar Torpim e de Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia."-----

-----**3.7. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 42/2017 - PCM/MANDATO 2017-2021, Dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Tem a palavra o Senhor Presidente para apresentar a proposta."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Vou ser sintético. Como sabem o Município por vezes em determinados procedimentos tem que assumir compromissos plurianuais, ou seja, que extravasam aquilo que é o ano económico e que passa para o ano seguinte, e portanto há determinados limites que estão definidos na Lei e que um Presidente da Câmara não pode efetivamente ultrapassar. No fundo é para solicitar autorização à Assembleia Municipal para autorizar o Presidente da Câmara a assumir estes compromissos plurianuais mas nos seguintes casos: «-----

-----a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;-----

-----b) Os seus encargos económicos não excedam os limites de 100.000,00 euros (cem mil euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da contratação e o prazo de execução de três anos.» Obviamente que existem estes critérios e estes limites que são definidos na Lei, que no fundo é para autorizarem o Presidente da Câmara para dentro destes limites poder assumir estes compromissos plurianuais."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Presidente. Alguma intervenção sobre esta matéria? Não levanta grandes dúvidas. Não havendo intervenções vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** " Gostava de os convidar para a apresentação e inauguração de três veículos elétricos que foram adquiridos pelo município, dois deles veículos ligeiros de sete lugares, e um deles é um veículo destinado para os serviços de jardinagem e de limpeza urbana, e portanto temo-los aí e se alguém quiser dar uma volta nos veículos podem aproveitar e ver o quão eficiente é o veículo em si, e de facto a poupança que isto depois vai trazer para o município em termos de sustentabilidade ambiental e de redução de poluição ambiental."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Obrigado, Senhor Presidente. Antes de terminarmos já sabem que temos o Jantar de Natal, o qual se vai realizar no restaurante Transmontano, às dezanove horas e trinta minutos. Para aqueles que não forem ao jantar permitam que lhes deseje um feliz Natal e Ano Novo, e a quem for vamos renovar os votos no jantar, e que sejam felizes. Muito obrigado."-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezoito horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Feliciano Pereira Martins. -----